

Impresso
Especial

9912213586 DR/RJ

Fundação
Oswaldo Cruz

CORREIOS



Trabalho Escravo:
faces da forma de
exploração que
afeta milhares de
trabalhadores no Brasil



Conheça o POLI

Direção

55(21)3865-9700

Vice-Direção de Gestão e Desenvolvimento Institucional

55(21)3865-9706

Vice-Direção de Ensino e Informação

55(21)3865-9729

Vice-Direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

55(21)3865-9705

Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde

55(21)3865-9745

Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde

55(21)3865-9780

Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde

55(21)3865-9765

Laboratório de Educação Profissional em Manutenção de Equipamentos de Saúde

55(21)3865-9788

Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais em Saúde

55(21)3865-9784

Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde

55(21)3865-9770

Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde

55(21)3865-9720

Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica

55(21)3865-9740

Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde

55(21)3865-9750

Coordenação de Administração

55(21)3865-9820

Coordenação de Cooperação Internacional

55(21)3865-9730

Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos

55(21)3865-9860

Coordenação Editorial da Revista Trabalho, Educação e Saúde

55(21)3865-9850

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde

55(21)3865-9732

Coordenação Geral do Ensino Técnico de Nível Médio em Saúde

55(21)3865-9728

Biblioteca Emília Bustamante

55(21)3865-9840

Núcleo de Tecnologias Educacionais em Saúde

55(21)3865-9892

Secretaria Escolar

55(21)3865-9865

Serviço de Informática

55(21)3865-9810



Revista científica da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

Revista Trabalho, Educação e Saúde

55 (21) 3865-9850 | www.revista.epsjv.fiocruz.br

RETS

Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde

Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS)

55 (21) 3865-9730



Biblioteca Virtual em Saúde

55 (21) 3865-9840 | www.bvseps.epsjv.fiocruz.br



Observatório dos Técnicos em Saúde

55 (21) 3865-9750 | www.observatorio.epsjv.fiocruz.br



Comitê de Ética em Pesquisa

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

Comitê de Ética em Pesquisa

55 (21) 3865-9710

Capa Trabalho Escravo	4
Conferência Nacional de Educação Conae: preparação e expectativas	12
Entrevista Isabel Monal - 'Toda a ideia de sociedade civil é inseparável da luta de classes'	14
Almanaque	18
Redução da Jornada Jornada de 40 horas	19
Profissão O SUS nas aldeias	22
Livros As transformações do capitalismo contemporâneo revistas - Resenha do livro 'Infoproletários'	24
Dicionário Pedagogia das Competências	25

Não há muita dúvida de que o trabalho assalariado representou um avanço para o trabalhador que, historicamente, foi colocado em condições como a de escravidão. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, no entanto, tem sido necessário atualizar o significado do que é ser escravo. Trabalhadores seduzidos por promessas não cumpridas, expropriados de qualquer direito e expostos a condições sub-humanas são os escravos contemporâneos. Na matéria de capa desta edição da Poli, você vai entender que, longe de ser um resquício do que há de mais retrógrado no sistema, a escravidão moderna é uma estratégia de exploração de empresas como, por exemplo, aquelas ligadas ao agronegócio.

Esse contexto de superexploração, sempre com brechas para o conflito, é o que condiciona também a luta pela redução da jornada de trabalho do brasileiro de 44 para 40 horas semanais. Tema de reportagem que você encontrará nesta revista, essa reivindicação, que dá no âmbito legislativo, vem sofrendo muito lobby contrário por parte dos empresários.

As novas configurações da produção no desenvolvimento do capitalismo, na sua relação com a educação, são também determinantes na descrição da ideia de 'pedagogia das competências', tema da seção 'Dicionário' deste número. Pautas, todas essas, que articulam trabalho, educação e saúde, tríade que sustenta o projeto editorial desta revista.

Boa leitura!

Errata

Na página 15, 14a linha da segunda coluna:

Onde se lê "Este modelo era excludente, porque se estendia a todos os brasileiros", leia-se "Este modelo era excludente, porque não se estendia a todos os brasileiros".

Na página 15, 1o parágrafo da terceira coluna:

Onde se lê "Os IAPs funcionavam em uma lógica de contenção de despesas (...). 'Os IAPs funcionavam sob a orientação contencionista e a lógica da racionalidade financeira'", leia-se "Os IAPs se estruturavam em um modelo corporativo criado durante o Estado Novo que se estendeu ao período democrático (1945-1964). Entretanto, o aumento da importância do sistema previdenciário nas negociações sindicais e nas disputas políticas acabou ampliando as despesas dos IAPs significativamente, até que, em 1960, o sistema se encontrava deficitário".

Na página 15, 18a linha da terceira coluna:

Onde se lê "banqueiros", leia-se "bancários".

Na página 15, 2o parágrafo da terceira coluna:

As falas atribuídas a José Roberto Reis são, na verdade, de Gilberto Estrela.

Ano 11 - Nº 10 - mar/abr. 2010
Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

(Membros do Conselho Deliberativo da EPSJV)
Isabel Brasil, Sergio Munck, Maurício Monken, Márcia Valéria Morosini, Marise Ramos, Marco Antônio Santos, Felipe Rangel, José Orbílio Abreu, Francisco Bueno, Etelcia Molinaro, Márcia Lopes, Cristina Araripe, Monica Vieira, Marcia Teixeira, Sarah Mesquita, Vera Joana Bornstein, Rafael Calazans, Mario Sergio Homem, Cátia Guimarães, Anamaria Corbo.

Editora

Cátia Guimarães - MTB: 2265/RJ

Repórteres e redatoras

Raquel Torres
Leila Leal

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca
Marcelo Paixão

Capa

Pedro Henrique Quadros (estagiário)

Assistente de Comunicação

Talita Rodrigues

Assistente de Gestão Educacional

Luciane Vicente
Estela Carvalho

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro
CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484
comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br



Flávio Conde

Trabalho Escravo

Abolida oficialmente em 1888, escravidão vitima milhares de trabalhadores no Brasil e configura-se como instrumento do capitalismo contemporâneo

Leila Leal

“Aconteceu da seguinte forma: os trabalhadores estavam aqui no Piauí trabalhando nas roças, com poucas condições, sem arrumar quase nada. Aí chegou um moço, o chamado ‘gato’, e perguntou se queriam ir trabalhar no Pará. Disse que lá iam ganhar muito bem, praticamente em um mês o que ganhavam aqui em um ano, que pagaria a passagem deles e deixaria um dinheiro aqui para a família ir comprando a alimentação. Na mesma hora os trabalhadores se animaram, e um foi convidando o outro. Quando chegaram ao Pará, entraram na mata sem saber pra onde iam. A mata foi ficando cada vez mais fechada e, de repente, disseram que era pra eles fazerem suas barracas. O barraco foi feito por eles mesmos, era uma barraca de lona. Os trabalhadores não tinham alojamento, compravam a mercadoria toda no comércio do próprio patrão, a um preço bem alto, e o que precisava de ferramenta de trabalho, como facão, machado, eles pegavam lá e tinham que pagar depois, também a preços altos. Quando alguém adoecia, pegava o remédio com o patrão e depois tinha que pagar. Quando fechou o primeiro mês e os trabalhadores foram ver quanto tinham para receber, se depararam com a situação de que não tinham nada e, pelo contrário, estavam devendo o patrão e não podiam ir embora enquanto não pagassem”.

O depoimento é de Francisco José dos Santos Oliveira, o Chiquinho, presidente da Associação do Assentamento Nova Conquista. O assentamento, que fica no município de Monsenhor Gil, no Piauí, reúne trabalhadores libertados dessa e outras situações de escravidão contemporânea. A história, muito mais comum do que se imagina, poderia ilustrar outros milhares de casos nos quais trabalhadores de todo o Brasil são aliciados em regiões pobres para prestar serviços em condições análogas à escravidão. No entanto, o reconhecimento do grande número de casos semelhantes ao do

depoimento acima, apesar de evidenciar a extensão do problema no Brasil, não é suficiente para compreendê-lo por completo. Há outras formas de trabalho escravo contemporâneo, utilizadas em diferentes ramos do sistema produtivo brasileiro, inclusive em grandes centros urbanos. Além disso, a exploração não é utilizada apenas para fins econômicos: a chaga do trabalho escravo dos dias de hoje incorpora também casos de exploração sexual, sobretudo de mulheres e crianças.

Trabalho exaustivo, degradante e cerceamento de liberdade: faces da escravidão contemporânea

Mas, afinal: se a escravidão oficial no Brasil - o direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra - foi abolida em 13 de maio de 1888, o que é o trabalho escravo utilizado nos dias de hoje, mais de 120 anos depois da assinatura da Lei Áurea? Atualmente, o Código Penal brasileiro especifica o crime de 'sujeitar alguém a condição análoga à de escravo', que acontece quando o trabalhador é submetido a trabalhos forçados ou jornada exaustiva, a condições degradantes de trabalho ou tem sua liberdade cerceada. O texto foi modificado em 2003, justamente com a preocupação de descrever as formas de utilização do trabalho escravo na atualidade. Até então, o art.149 do Código Penal apenas citava o crime e estipulava a pena para aqueles que o cometessem (ver box na página 4).

De acordo com Leonardo Sakamoto, coordenador da ONG Repórter Brasil, que atua no combate ao trabalho escravo, integrante da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e autor da tese 'A reinvenção do trabalho escravo no Brasil contemporâneo', a mudança na legislação corresponde, além da busca por uma definição mais precisa, também a uma necessária ampliação do conceito de trabalho escravo diante da realidade que começava a ser encontrada no campo e na cidade: "Até 2003, o trabalho escravo se caracterizava pela soma de trabalho degradante com cerceamento da liberdade. Hoje, é trabalho escravo no Brasil quando há o cerceamento de liberdade no trabalho, o trabalho degradante por si só ou o trabalho exaustivo. É importante entender que aquele trabalho degradante do qual se falava até 2003 é diferente do que está presente hoje no Código Penal. Antes, ele significava trabalho precário. Agora, é aquele que separa o ser humano de sua dignidade: o trabalhador pode até ir embora da fazenda, mas é tratado como um animal, sub-humano, um instrumento de trabalho. Em segundo lugar, vem o cerceamento da liberdade por si só, que envolve as dívidas impagáveis que os contratadores de mão-de-obra forçam os trabalhadores a contrair, as ameaças de agressão física e outras. E há a situação de trabalho exaustivo, na qual o trabalhador é levado diariamente até o limite das suas

capacidades. Essas três situações, juntas ou separadas, caracterizam trabalho escravo", explica.

No Brasil, a maioria dos casos de trabalho escravo contemporâneo se concentra na zona rural e em muito se assemelha à história contada por Chiquinho, que abre esta reportagem. Os trabalhadores das áreas mais pobres do país, carentes de infraestrutura e políticas sociais de trabalho, acesso à terra, educação, moradia, saúde e outras, tornam-se vulneráveis ao aliciamento operado pelos chamados 'gatos'. Iludidos por falsas promessas e movidos, sobretudo, pela necessidade material, migram para áreas distantes de suas casas e famílias e são escravizados em atividades não mecanizadas do setor produtivo. Justamente por isso, a maioria dos trabalhadores libertados de escravidão são homens adultos, aptos a praticar atividades que envolvem o uso da força física.

No caso da pecuária, uma das atividades que mais concentra casos de trabalho escravo, os trabalhadores realizam tarefas de derrubada da mata para ampliação ou instalação de pastagem para os animais e, também, o chamado 'roço de juquirá' - a retirada de plantas indesejáveis como arbustos e ervas daninhas. No meio rural, a exploração de mão-de-obra análoga à escravidão também acontece comumente em carvoarias, para produção de matéria-prima para a indústria siderúrgica, e no corte de cana-de-açúcar. Muitos trabalhadores, como no caso relatado por Chiquinho, são presos ao trabalho através da contração de dívidas e da vigilância ostensiva operada por seguranças armados. Outros, sobretudo aqueles que atuam no corte de cana, sofrem com jornadas de trabalho penosas e exaustivas. Em quase todos os casos, os trabalhadores recebem tratamento sub-humano e, como demonstram relatos divulgados pela ONG Repórter Brasil, têm vergonha de voltar para suas casas sem ter o que oferecer às suas famílias. Os relatos apontam ainda para a precariedade das condições de saúde desses trabalhadores. Nas tarefas de ampliação da fronteira agrícola (avanço das plantações e pastagens sobre a mata virgem), são comuns os casos de malária, febre amarela e tuberculose entre os trabalhadores. Eles sofrem também de desnutrição e contaminação por água e comida estragada, diante da falta de saneamento básico e alimentação adequada. A saúde dos trabalhadores é, ainda, afetada por maus tratos e violência, aos quais são frequentemente submetidos.

Como destaca Frei Xavier Plassat, coordenador da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os trabalhadores aliciados tornam-se vulneráveis não apenas por sua situação de precariedade material, mas também por serem transportados para longe de seus ciclos sociais: "No caso dos canaviais, por exemplo, as tarefas do corte da cana não são mais aceitas pela população local. Os donos desses canaviais são obrigados a ir a

milhares de quilômetros contratar uma população em situação de carência, que aceita todo e qualquer serviço. No Paraná, os trabalhadores escravizados são do Vale do Jequitinhonha; em São Paulo, são da Bahia e de Alagoas; no Mato Grosso, são do Piauí; em Goiás, são do Maranhão, e por aí vai. O escravo é sempre alguém que foi procurado longe e que, quando trabalha, está longe de sua comunidade de origem, de seus laços sociais, totalmente desprotegido. Essa vulnerabilidade é aproveitada para obrigá-lo a fazer tudo o que o patrão quer”, descreve.

Mas o cenário da escravidão contemporânea no Brasil não para por aí. Presente em toda a cadeia produtiva, o trabalho escravo é cada vez mais constatado também nos grandes centros urbanos. Segundo documento produzido pela ONG Repórter Brasil para a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), os casos mais comuns envolvem imigrantes, sobretudo bolivianos, que são explorados em confecções de tecidos na Grande São Paulo e muitas vezes são obrigados a prestar serviços forçados sob ameaça de denúncia para a deportação. E Leonardo Sakamoto aponta que o problema é ainda mais amplo: “Há outros casos de trabalho escravo urbano, muitos deles na construção civil e principalmente em construção de hidrelétricas. Já foi encontrado trabalho escravo também em ferros-velhos, e tudo isso só para fins de exploração econômica. A OIT separa o trabalho escravo para fins de exploração econômica – subdivido em rural e urbano – e fins de exploração sexual, o que abre um campo gigantesco. Há milhares de crianças e mulheres brasileiras que são forçadas a se prostituir dentro e fora do Brasil. É claro que, novamente, a pobreza aparece como elemento que está na origem de tudo isso, mesmo na questão sexual”, avalia.

Panorama

Em 2005, a OIT publicou o relatório ‘Uma aliança global contra o trabalho forçado’, no qual estimava que, no Brasil, existiam 25 mil pessoas reduzidas a situações análogas à escravidão. No entanto, os dados recentes referentes à libertação de trabalhadores escravizados demonstram que a situação é ainda mais grave: entre os anos de 1995 - quando começaram a ser realizadas ações de fiscalização pelo Ministério do Trabalho e do Emprego - e 2009, mais de 35 mil trabalhadores já foram libertados no Brasil (ver quadro na página 5).

Justamente por acreditar que os números obtidos com estimativas ficam aquém da realidade e acabam mascarando-a, as instituições públicas e entidades da sociedade civil envolvidas no combate ao trabalho escravo deixaram de publicar estimativas do total de trabalhadores escravizados no país: “Nós preferimos trabalhar com dados concretos, do número de

trabalhadores libertados, e não mais com estimativas do total de trabalhadores escravizados. Não temos conhecimento do número total e as estimativas feitas anteriormente demonstraram estar muito abaixo da realidade brasileira”, explica José Guerra, coordenador executivo da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, vinculada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Divulgados no início deste ano, os dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE referentes ao combate ao trabalho escravo em 2009 trouxeram novos elementos para a avaliação do cenário nacional da escravidão. Pela primeira vez, a região sudeste concentrou o maior número de casos de trabalhadores libertados: foram 1.022, dos 3.571 resgatados em todo o país. Outro dado chamou atenção: o Rio de Janeiro, com 521 trabalhadores libertados, é o estado brasileiro com maior número de libertações realizadas pelo MTE em 2009. Os números gerais, no entanto, caíram: se em 2009, os 3.571 trabalhadores resgatados foram fruto de 141 operações de fiscalização, em 2008 foram realizadas 158 operações, que libertaram 5.016 trabalhadores.

Os dados referentes a 2009 apurados e divulgados pela Comissão Pastoral da Terra, apesar de apontarem um número de operações e libertações superior ao divulgado pelo MTE para o mesmo período, confirmam a tendência de redução nas libertações em relação ao ano anterior e concentração de casos no sudeste: de acordo com a entidade, foram 4.234 os trabalhadores libertados em 2009, 1.524 deles na região sudeste do país. Segundo a CPT, em 2008 foram 5.266 os tra-

Convenções da Organização Internacional do Trabalho

Até a modificação do Código Penal, o Brasil não possuía um dispositivo legal que especificasse o crime de utilização do trabalho escravo. Nesse período, duas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o tema, das quais o país é signatário, eram os principais parâmetros para identificação da prática. A nº 29, de 1930, define o trabalho forçado como ‘todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente’. Essa convenção proíbe o trabalho forçado em geral e inclui, entre suas diferentes formas, a escravidão contemporânea. Através da convenção nº 105, de 1957, os países signatários comprometem-se a abolir toda forma de trabalho forçado ou obrigatório e dele não fazer uso como medida de punição ou educação política, como método de utilização de mão-de-obra para desenvolvimento econômico, como meio para disciplinar mão-de-obra, punir participação em greves ou ainda como medida de discriminação de qualquer ordem.

balhadores libertados, e o percentual de casos no sudeste subiu de 10% em 2008 para 36% em 2009.

Frei Xavier Plassat destaca que, além do fato de as libertações realizadas na região do sudeste terem sido em canaviais – que concentram um número maior de trabalhadores em relação às outras atividades que normalmente utilizam mão de obra escrava –, outro motivo contribuiu para os altos números de trabalhadores libertados na região: o aumento das fiscalizações operadas por equipes locais, vinculadas às superintendências regionais do MTE. Segundo ele, isso evidencia que a escravidão não necessariamente ‘se espalhou’ para os estados do sudeste, mas sim que, pela primeira vez, a realidade está sendo reconhecida em função do aumento da fiscalização. Plassat ainda lembra que a região norte sofreu um déficit de fiscalizações em 2009, o que também pode ter contribuído para a concentração das libertações no sudeste.

Já para Sebastião Caixeta, procurador do trabalho e responsável pela Coordenadoria de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho (Conaete/MPT), fatores como a crise econômica internacional e a mudança na legislação referente ao trabalho escravo, em 2003, contribuíram para a queda do número de libertações e o aumento do número de casos no sudeste: “Em relação à diminuição do número de casos, a crise econômica contribuiu. Um setor muito afetado pela crise foi o de siderurgia, que utiliza o carvão vegetal como matéria-prima para a produção do ferro gusa e do aço. As carvoarias, que comumente utilizam trabalho escravo, praticamente pararam durante a crise econômica, e isso com certeza está refletido nesses números. Sobre o crescimento dos casos na região sudeste, atribuo isso à mudança legislativa que, embora seja de 2003, demora a produzir efeitos.

Eles estão aparecendo agora na libertação cada vez mais frequente nas regiões sul e sudeste, justamente através das novas modalidades de trabalho escravo - especialmente aquela que diz respeito às condições degradantes de trabalho”.

Resquíio ou instrumento?

Se os dados referentes ao trabalho escravo contemporâneo demonstram sua utilização em todo o país e em diferentes ramos da produção, como compreendê-lo como um resquíio de um modo de produção arcaico, pré-capitalista, que simplesmente resistiu aos anos anacronicamente? Contrariando o senso comum, pesquisadores do assunto e militantes da causa da erradicação do trabalho escravo apontam que, longe de ser um resquíio pré-capitalista, o trabalho escravo é utilizado como instrumento pelo capital em seu atual estágio de desenvolvimento. Frei Xavier Plassat e Leonardo Sakamoto, por exemplo, lembram que, diferentemente do que se poderia pensar, o trabalho escravo não aparece hoje no Brasil prioritariamente associado aos empreendimentos rurais mais rudimentares, atrasados e desprovidos de capital, mas sim ao agronegócio.

“É uma ideia relativamente equivocada pensar que o trabalho escravo é associado a empreendimentos arcaicos. Dos casos mais simbólicos

QUADRO GERAL DAS OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO - SIT/SRTE 1995 a 2009

Ano	N.º Operações	N.º de estabelecimentos inspecionados	Trabalhadores Resgatados	Pagamento de Indenização	Als Lavrados
2009	141	324	3.571	5.591.778,22	3.992
2008	158	301	5.016	9.011.762,84	4.892
2007	116	206	5.999	9.914.276,59	3.139
2006	109	209	3.417	6.299.650,53	2.772
2005	85	189	4.348	7.820.211,26	2.286
2004	72	276	2.887	4.905.613,13	2.465
2003	67	188	5.223	6.085.918,49	1.433
2002	30	85	2.285	2.084.406,41	621
2001	29	149	1.305	957.936,46	796
2000	25	88	516	472.849,69	522
1999	19	56	725	ND	411
1998	17	47	159	ND	282
1997	20	95	394	ND	796
1996	26	219	425	ND	1.751
1995	11	77	84	ND	906
TOTAL	925	2.509	36.354	53.144.403,62	27.064

ND - Não disponível (Dados não computados a época)

Atualizado em 11/01/2010

Fonte: Relatórios Específicos de Fiscalização Para Erradicação do Trabalho Escravo

que processamos nos anos 1990 e 2000, grande parte das fazendas tinham pista de pouso, dezenas de engenheiros veterinários e agrônomos no seu quadro, gados administrados de forma computadorizada e, ao mesmo tempo, utilizavam o trabalho escravo. A forma moderna do trabalho escravo é muito frequentemente ligada a atividades terceirizadas, para as quais a engenharia que organiza o resto da fazenda não é empregada. É bom desmistificar essa ideia, porque a palavra escravidão remete a uma forma arcaica, mas a escravidão moderna acontece em contexto de tecnologia avançada, e isso é chocante. Há razão balanceada para o gado e os trabalhadores só comem carne se algum gado morrer por doença”, analisa Xavier Plassat.

Leonardo Sakamoto concorda, destacando a incorporação do trabalho escravo à lógica da acumulação capitalista: “Há uma ideia de que, quando o capitalismo estiver bastante desenvolvido, o trabalho escravo irá acabar. É um erro pensar assim. Pelo contrário, o trabalho escravo contemporâneo é um mecanismo utilizado racionalmente por empreendimentos capitalistas para viabilizar a acumulação na situação e ambiente de expansão do capital. Ou seja, é um instrumento de expansão do capital, um instrumento de consolidação do capital. A superexploração do trabalho, da qual a escravidão é a forma mais densa, é deliberadamente utilizada em determinadas circunstâncias como parte do modelo capitalista, mesmo. O trabalho escravo não é generalizado, até porque uma economia capitalista prevê trabalho assalariado, logicamente, para gerar consumo. Mas ele tem uma função importante”, diz.

O trabalho escravo também é resultado direto da deterioração das condições de vida da classe trabalhadora e da formação do chamado ‘exército industrial de reserva’ - ou seja, a gama de trabalhadores desempregados ou subempregados que sustentam os modos de ex-

ploração no capitalismo. Leonardo Sakamoto encara a escravidão como uma espécie de sintoma da pobreza. Por isso, o pesquisador e militante acredita que a erradicação do trabalho escravo passa necessariamente por uma modificação no modelo de desenvolvimento: “O problema é o modelo de desenvolvimento do Brasil, que gera pobreza e faz com que haja esse tipo de mão-de-obra. É um modelo de desenvolvimento extremamente concentrador, explorador, que desconsidera a dignidade e a vida humana. A pobreza é mãe do trabalho escravo: se esses trabalhadores não tivessem que migrar em busca de melhores condições de vida, se pudessem viver em suas terras e produzir, ter bons empregos, haveria uma diminuição mais substancial do trabalho escravo. É essa pobreza que afeta dezenas de milhões de brasileiros que precisa ser revertida para acabar de vez com o trabalho escravo”, avalia.

Intimamente relacionado à pobreza, outro elemento que está na raiz da escravidão contemporânea no Brasil é a concentração de terras. Nas áreas rurais, o grande número de trabalhadores desempregados, impedidos de produzir, contrasta com a reconhecida existência de latifúndios improdutivos e ajuda a explicar a situação que empurra muitas pessoas para a escravidão. Frei Xavier Plassat lembra que a maior parte dos resgatados são trabalhadores sem-terra que não encontraram outra alternativa de trabalho em seus locais de moradia. “Quando falamos que a principal reivindicação de política pública para prevenção do trabalho escravo é a reforma agrária, muita gente diz que estamos aproveitando para impor nossa pauta [da CPT]. Mas não é isso. Se observarmos o perfil desses trabalhadores, notaremos sua característica mais habitual: são sem-terra, ou mesmo pessoas que receberam o benefício da reforma agrária, mas em condições tão precárias que não conseguem nem fazer seu sustento. E a reforma agrária anda a passos lentíssimos, ao mesmo tempo em que avançam o agronegócio, a reconcentração da terra e a consecutiva expulsão de posseiros e trabalhadores rurais de suas terras”, analisa.

No caso do trabalho escravo utilizado nas cidades, a pobreza também aparece como o principal fator a impulsionar os trabalhadores à situação de escravidão. Muito relacionado à imigração, o trabalho escravo urbano costuma fazer vítimas justamente as pessoas que são obrigadas a deixar seus países diante de situações precárias de vida e, muitas vezes, são traficadas por aliciadores de escravos. “No caso dos bolivianos que vêm para o Brasil e são escravizados em oficinas de costura, está claro que buscam uma situação melhor de vida. E o Brasil tem um papel fundamental nisso, pois retira recursos naturais daquele país e devolve pouco para ele — existem muitos contratos que são extremamente positivos pra o Brasil e negativos para a Bolívia. Então, é parte disso atuarmos para que haja melhoria na qualidade de vida dessas pessoas na Bolívia, para que eles não precisem imigrar. Imigração é o último recurso, não deveria ser o primeiro”, pondera Leonardo Sakamoto. Ele ainda destaca aquilo que caracteriza como o elemento ‘ganância’ na cadeia do trabalho escravo: como demonstra documento produzido pela Repórter Brasil para a Contrae, a maioria dos trabalhadores escravizados em áreas urbanas está concentrada nas oficinas de costura da grande São Paulo, o que é explicado pela busca por maiores lucros no comércio de roupas: “Essas oficinas de costura fazem parte de um sistema extremamente negativo, que machuca os trabalhadores. As grandes lojas de roupa, os grandes atacados, acabam pedindo preços cada vez mais baixos para oferecer produtos mais baratos e lucrar com isso, e é claro que não se importam muito em como isso é feito na cadeia produtiva”.

Erradicação do trabalho escravo no Brasil

Atualmente considerado pela OIT uma das principais referências internacionais no combate ao trabalho escravo, o Brasil só reconheceu oficialmente sua existência em 1995. As primeiras denúncias da CPT sobre utilização de trabalho escravo no país datam da década de 1970, mas somente naquele ano, através de um pronunciamento do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo federal admitiu diante do país e da OIT a ocorrência de escravidão contemporânea no Brasil. Ainda em 1995, foram criadas as primeiras estruturas para combate a esse crime: o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), composto por representantes de diferentes ministérios, e o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, vinculado ao Ministério do Trabalho e do Emprego. A partir daí, se iniciaram as ações de fiscalização de denúncias e resgate de trabalhadores escravizados.

Em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e criou, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Orientada pela perspectiva de que o combate ao trabalho escravo não é apenas uma questão trabalhista, mas de defesa dos direitos humanos, a Conatrae busca a intersetorialidade e é composta por ministérios, entidades da sociedade civil, representantes dos trabalhadores, dos empregadores e diversas outras instituições envolvidas no combate ao trabalho escravo. Em 2008, foi lançado o Segundo Plano Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que buscou atuar em frentes diferentes do primeiro: “O primeiro Plano é mais voltado para o combate ao trabalho escravo. Mas a política de erradicação deve ser composta de combate, prevenção de novos casos



Trabalhador em usina de cana-de-açúcar no interior de São Paulo

e reinserção dos trabalhadores resgatados. A partir dessa noção, construímos o segundo Plano Nacional, mais centrado em medidas de reinserção e prevenção”, explica José Guerra.

Dos mais de 35 mil trabalhadores libertados de situação de escravidão desde 1995, 30 mil foram resgatados de 2003 em diante. O ano marca um avanço na atuação dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel, acompanhado pela criação da Conatrae e pelo lançamento do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, que significou a ampliação do número de operações e fiscalizações. Hoje, os grupos atuam em todo o país, em áreas rurais e urbanas, a partir de denúncias ou operações planejadas em locais em que haja suspeita de utilização de mão-de-obra escrava. São compostos por auditores fiscais do trabalho, ligados ao MTE, procuradores do trabalho, do Ministério Público do Trabalho (MPT), e integrantes da Polícia Federal ou Polícia Rodoviária Federal. As equipes, coordenadas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE, verificam o cumprimento das leis trabalhistas e a possível submissão de trabalhadores aos riscos à sua saúde e segurança.

Quando o crime de trabalho escravo é constatado, os trabalhadores são libertados e têm seus direitos garantidos. Como o crime de trabalho escravo não se relaciona somente à ausência do pagamento dos direitos trabalhistas, os ‘senhores de escravo’, além de pagarem as multas aos trabalhadores, podem ser condenados a pagar indenizações e respondem, também, a processos criminais. “Quando verificamos a procedência de uma denúncia de trabalho escravo, decorre uma série de responsabilizações. O auditor fiscal do trabalho faz as autuações administrativas, que geram as multas a serem pagas. O Grupo Especial também vai exigir imediatamente o pagamento dos valores que foram sonegados dos trabalhadores e resgatá-los dessa condição indigna. Além das verbas rescisórias, esse trabalhador tem direito também a uma indenização por dano moral individual, diante da violação de seus direitos básicos de cidadania. O trabalhador resgatado também tem direito a três meses de seguro desemprego. Além disso, o MPT propõe um termo de ajuste e estabelece as condições de trabalho, obrigações para que essas condições que foram verificadas não voltem a ocorrer. É também cobrado o pagamento de uma indenização coletiva, que é revertida para o conjunto da classe trabalhadora — normalmente, essa indenização é diretamente direcionada para

a comunidade lesada, seja com a construção de equipamentos de saúde, educação, casas de abrigo para os trabalhadores migrantes, ou até mesmo cursos de qualificação, de educação formal”, explica Sebastião Caixeta, representante da Conaete/MPT.

Outro avanço importante nessa política, segundo Leonardo Sakamoto, foi uma decisão do Supremo Tribunal Federal de 2006, que definiu a Justiça Federal como a competente para julgar os crimes de trabalho escravo. “Isso aumentou o número de julgamentos criminais do trabalho escravo, porque até então havia uma discussão de quem seria competente por julgá-lo – a Justiça Federal ou as justiças estaduais. Os produtores rurais acabavam usufruindo disso para ficarem impunes. Desde a definição do STF, aumentou o número de crimes julgados e de condenados”, diz. No entanto, em fevereiro deste ano a discussão voltou a ser pautada: o ministro Cezar Peluso propôs o entendimento de que o crime passasse a ser julgado pela Justiça Estadual. Atualmente suspenso por pedido de vista do ministro Joaquim Barbosa, ainda não há previsão de data para que o processo seja analisado no plenário do STF.

Há ainda a chamada ‘lista suja’ do trabalho escravo, considerada uma das principais medidas do combate à escravidão no Brasil. Instituída por portaria do MTE em 2004, a ‘lista’ funciona como um cadastro com os nomes dos empregadores e empresas que utilizam o trabalho escravo em sua cadeia produtiva. O nome do empregador ou empresa só é incluído no final do processo administrativo criado a partir do auto da fiscalização que encontra o trabalho escravo. Esse processo inclui o direito de defesa do empregador. A partir da lista, instituições federais podem negar empréstimos aos empregadores envolvidos com trabalho escravo. Depois de monitoramento por dois anos, o empregador que não repetir o crime tem seu nome retirado do cadastro.

Um balanço necessário

“O Brasil avançou bastante no combate ao trabalho escravo, mas, para erradicá-lo, é preciso combater o tripé impunidade, ganância e pobreza. Em relação à impunidade temos conseguido avançar bastante, libertando as pessoas, o MPT e a Justiça do Trabalho vêm colocando pesadas multas e indenizações aos produtores rurais. O problema é que o combate à pobreza voltado para o trabalho escravo ainda é muito incipiente – temos conseguido algumas vitórias, ações como o bolsa-família e outras contribuem também para a redução da miséria absoluta, mas ainda falta caminhar muito para ter redução da pobreza. Entre um plano nacional e outro, muita coisa foi cumprida, muita coisa não, e o que percebemos é que, entre todas as metas, as que foram menos alcançadas foram as de prevenção ao trabalho escravo”. A avaliação de Leonardo Sakamoto corresponde aos dados disponíveis para análise sobre a situação do trabalho escravo no Brasil. Em contraste com o imenso salto verificado na realização de operações de fiscalização e libertação de trabalhadores, as políticas de prevenção e reinserção de pessoas escravizadas ainda são dificilmente encontradas. No caso das iniciativas de qualificação profissional para trabalhadores resgatados, por exemplo, chama atenção o fato de que a maioria não é composta de políticas públicas: são ONGs, sindicatos e movimentos sociais que mais atuam nesse sentido.

Frei Xavier Plassat aponta a ausência de políticas públicas como principal ponto a ser superado: “O que fica também muito insatisfatório, e que é objeto de cobrança da CPT e outras entidades, é o dispositivo que permitiria às vítimas do trabalho escravo ou aos grupos em geral, aqueles que migram constantemente em busca do seu sustento, a oferta de políticas públicas em sua qualificação, o acesso à terra no local de moradia, evitando assim a migração de risco. Isso está ainda na estaca zero. Nós acabamos dando alguma contribuição, mas é uma gota d’água num oceano”, analisa o representante da CPT.

Nesse sentido, uma das principais iniciativas para qualificação profissional, que serve de incentivo e instrumento de cobrança aos movimentos sociais, é um projeto piloto desenvolvido no Mato Grosso a partir de sua comissão estadual de erradicação do trabalho escravo, coordenada pela superintendência regional do trabalho e do emprego, e pelo MPT. O projeto articula entre entidades do ‘sistema S’ e universidades um curso de educação formal para os trabalhadores. Além disso, o MPT elaborou em 2009 um projeto para prevenção do aliciamento e intermediação fraudulenta de mão-de-obra rural. “O projeto se estrutura numa articulação necessária entre os três níveis de governo, União, estados e municípios, para que identifiquemos os municípios ou microrregiões que são exportadores de mão-de-obra escrava. Nesses municípios, a ideia é instituímos agências públicas de emprego, ou estruturá-las onde elas já existem”, conta Sebastião Caixeta.

Já a principal conquista dos trabalhadores em relação ao acesso à terra para reinserção profissional, o Assentamento Nova Conquista, de Monsenhor Gil, Piauí, é mais uma expressão dos limites da política de erradicação do trabalho escravo no Brasil. Depois de anos de mobilização, os trabalhadores receberam, em março do ano passado, a terra do assentamento. Mas, até agora, não tiveram acesso a nenhum crédito para construção de moradias, compra de materiais e para efetivar o início da produção no local. Chiquinho, o presidente da associação que organiza esses trabalhadores, conta que atualmente o pouco que é plantado no assentamento é resultado dos investimentos dos próprios trabalhadores, que assumem

serviços em outros lugares para se manter: “As condições não estão boas. A terra foi a única coisa de concreto que saiu até agora. O In-cra nos garantiu que ainda em abril vai liberar o crédito de infraestrutura – para estrada, energia e água – e o crédito de apoio – para compra de arame, animais, alimentação. Disseram também que até o final do ano sairá o crédito habitação, para as casas. Hoje quem mantém o assentamento somos nós mesmos. Vamos de bicicleta e ficamos lá de segunda a quarta, depois voltamos para a cidade para arrumar por aqui o suficiente para nossa alimentação, porque não está sendo suficiente o que tiramos no assentamento”, diz.

PEC do trabalho escravo: a segunda abolição

Uma das principais expectativas de todos os setores envolvidos na luta contra o trabalho escravo para o avanço em sua erradicação é a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 438/2001, conhecida como ‘PEC do trabalho escravo’. O dispositivo prevê o confisco de propriedades nas quais for comprovada a utilização de trabalho escravo. A PEC acrescenta um elemento à definição legal que permite a expropriação de terras em que for encontrada plantação ilegal de psicotrópicos (drogas que agem alterando as funções do sistema nervoso central, como a maconha). Depois de ser aprovada em dois turnos no Senado, a PEC foi enviada à Câmara dos Deputados e, em 2004, aprovada em primeiro turno. Desde então, está paralisada: “A PEC foi aprovada em primeiro turno porque, no dia 28 de janeiro de 2004, quatro funcionários do MTE, durante uma fiscalização rural na região de Unai, em MG, foram emboscados e mortos - o que ficou conhecido como Chacina de Unai. Isso gerou uma comoção popular muito grande, que fez com

que a proposta passasse pelas comissões e fosse aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados. Contudo, desde então está parada no Congresso Nacional, esperando a votação em segundo turno, muito por conta da pressão da bancada ruralista”, conta Leonardo Sakamoto, que diz que muitas organizações veem na aprovação do dispositivo uma segunda abolição no Brasil: “É claro que ela não vai resolver o problema sozinha, mas pelo menos vai atuar de uma forma firme para ajudar a mudar esse modelo de desenvolvimento. A PEC 438 faz uma coisa que assusta muito os produtores rurais: deixa claro que quem não cumprir função social da sua terra, prevista na Constituição Federal, vai perdê-la. A terra vai ser destinada para reforma agrária. Ou seja, acaba se relativizando uma coisa que no Brasil é quase absoluta, quase que um dogma, uma religião, que é a propriedade privada da terra”.

Com o objetivo de agilizar a votação da PEC e outros projetos relativos ao combate ao trabalho escravo, foi criada neste ano a Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo. A iniciativa, do senador José Nery (PSOL-PA), conta com a adesão de 55 senadores e 195 deputados. A Frente foi criada a partir das mobilizações realizadas no primeiro Dia Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, definido como 28 de janeiro. A data, escolhida em referência à Chacina de Unai, foi o marco para uma série de atividades que compuseram a Semana Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. “Creio que a primeira Semana foi bastante exitosa, e propiciou que se cumprisse o objetivo de levar o debate à sociedade brasileira, tirando-o do esquecimento e colocando-o na ordem do dia da pauta política brasileira. Além disso, demos visibilidade à campanha de coleta de assinaturas para o abaixo-assinado que será entregue ao presidente da Câmara dos Deputados no dia 13 de maio, pedindo pressa na aprovação da PEC 438”, conta o senador José Nery. O texto pode ser assinado em www.trabalhoescravo.org.br/abaixo-assinado. ●

Saiba como denunciar o trabalho escravo

Existem diferentes caminhos para denunciar crimes de exploração de trabalho escravo. Pessoas que conhecem ou suspeitam de situações de submissão de seres humanos a condições análogas à escravidão ou trabalhadores escravizados podem encaminhar suas denúncias diretamente ao Ministério do Trabalho e do Emprego e suas superintendências regionais, ou então ao Ministério Público do Trabalho e suas procuradorias regionais. No entanto, como nem todas as áreas com incidência do crime contam com superintendências ou procuradorias regionais do trabalho, a forma mais utilizada para realizar denúncias é através de contato com organizações da sociedade civil. Comissão Pastoral da Terra (CPT), sindicatos, cooperativas de trabalhadores, organizações de direitos humanos e outros recebem as denúncias e as encaminham ao Ministério do Trabalho e Emprego. A Secretaria de Inspeção do Trabalho faz uma análise dos casos em conjunto com o Ministério Público do Trabalho e organiza uma operação de um Grupo Móvel para fiscalização do local. Para fazer as denúncias diretamente ao MTE, os telefones são 0800-616101 (para Acre, Rondônia, Tocantins e estados das regiões sul e centro-oeste) e 0800-2850101 (para os demais estados da região Norte e regiões sudeste e nordeste). As denúncias à CPT podem ser feitas pelo telefone (63) 3412-3200 ou pelo e-mail cptoc@cultura.com.br.

Conae: preparação e expectativas

MEC, pesquisadores
e militantes da
área da educação
analisa processo
da Conferência e
apontam perspectivas
para a etapa nacional

Leila Leal

As últimas edições da Poli trouxeram uma série de reportagens sobre cada um dos seis eixos da Conferência Nacional da Educação (Conae), cujo tema central é ‘Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação - O Plano Nacional de Educação (PNE), Diretrizes e Estratégias de Ação’. Às vésperas da etapa nacional do evento, que acontece de 28 de março a 1º de abril em Brasília, publicamos um balanço do processo preparatório - incluindo as conferências municipais, intermunicipais e estaduais de educação - e das principais discussões travadas sobre os temas da Conferência. A partir desse balanço, diferentes segmentos envolvidos no processo avaliam as perspectivas para o evento nacional.

Apesar de o relatório final com os dados sobre os locais em que foram realizadas e número total de participantes das conferências municipais, intermunicipais e estaduais ainda não ter sido divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), um mapa sobre a realização das etapas estaduais foi disponibilizado no sítio da Conae (<http://conae.mec.gov.br>). O mapa aponta que todos os estados do país realizaram suas conferências no último trimestre do ano passado. A assessoria de comunicação do MEC informa que a previsão apresentada no documento, de participação de quase 25 mil delegados nas conferências estaduais, foi alcançada.

MEC: processo amplo e representativo

Segundo Arlindo Cavalcanti Queiroz, da Comissão Especial de Dinâmica e Sistematização da Conae e diretor de programas da Secretaria Executiva Adjunta do Ministério da Educação, as etapas preparatórias da Conferência contaram com uma participação muito expressiva da sociedade: “O processo foi muito positivo. A partir das atividades realizadas até agora, como as conferências preparatórias municipais, intermunicipais e estaduais, além das conferências mais localizadas, como as escolares, a Conae se consolida como a maior das conferências já realizadas em número de participantes”, conta. Arlindo Queiroz também destaca como ponto positivo o perfil dos delegados, que, segundo ele, foi responsável por agregar novas perspectivas ao debate. “Tivemos aproximadamente 30% de delegados não filiados a nenhuma das entidades que compõem a comissão organizadora da Conae. São os chamados ‘delegados independentes’, que dão um perfil novo às discussões, acrescentando elementos e propostas que ainda não haviam sido discutidos”, avalia.

A comissão de sistematização da Conae é responsável pela redação do documento-base, que servirá de guia à etapa nacional. O documento é resultado da unificação do conteúdo do primeiro texto apresentado para debate, o documento-referência da Conae, com as propostas vindas das etapas preparatórias realizadas. Arlindo, como integrante da Comissão, considera o saldo final satisfatório. “Tivemos uma ampliação muito grande do número de propostas em relação às que estavam no documento-referência. São duas mil, entre propostas novas, surgidas no processo preparatório, e também emendas ao texto original do documento-referência, que foram formuladas pelas entidades envolvidas no processo e pelos delegados independentes”, explica, destacando, como uma das importantes propostas surgidas ao longo do processo de debates, a que aponta a destinação de 50% dos recursos obtidos com a exploração do petróleo da camada pré-sal para o financiamento da educação.

Limites

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), que participou da Comissão Organizadora Nacional

da Conae, tem, no entanto, uma opinião diferente sobre a construção da Conferência. Em junho do ano passado, a entidade avaliou negativamente o processo e optou por retirar-se de sua organização. Segundo Antônio Lisboa, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 1º vice-presidente do Andes-SN e coordenador de seu Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais, a falta de preparação para os debates e a metodologia adotada nas conferências realizadas prejudicaram as discussões. “A ideia de uma conferência nacional nesse formato, começando pelos municípios e estados, é interessante. Mas o método que foi utilizado não assegurou o debate democrático. O pouco tempo dedicado aos grupos de discussão e à apreciação de seus resultados nas conferências municipais e estaduais impediu que alguma alteração substantiva fosse feita. Os grupos precisavam aprovar, à exaustão, o que estava no caderno de propostas, sem tempo para o debate. As conferências acabaram servindo para confirmar aquilo que, grosso modo, do ponto de vista do conteúdo, já estava no documento-referência”, avalia.

A opinião é compartilhada por outra entidade de representação dos trabalhadores, o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ). Beatriz Lugão, coordenadora geral Sindicato, acredita que as expectativas dos trabalhadores em relação à Conferência não foram confirmadas até o momento: “Infelizmente, o processo de construção da Conferência, que tanto esperamos, está sendo muito fragmentado. Os debates têm sido muito aligeirados e o material informativo não tem chegado às escolas. A Conae está pecando pela forma como está sendo construída, sem conseguir movimentar com profundidade os profissionais de educação. Muita gente está alheia

ao processo”, analisa. A professora destaca ainda uma outra preocupação, referente à estrutura da Conae: o excessivo peso do setor privado para a tomada de decisões. “São diferentes interesses envolvidos nas discussões, e isso vai aparecer na Conferência. Há empresários da educação participando, e também empresários de transporte e diversos outros setores. Se o setor empresarial consegue ter um peso maior, quais serão os interesses que vão prevalecer, por exemplo, no Sistema Nacional Articulado de Educação proposto?”, questiona.

Já a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), apesar de reconhecer limitações nos debates preparatórios, considera que houve espaço para uma intervenção efetiva dos movimentos sociais. Heleno de Araújo, Secretário de Assuntos Educacionais da entidade e seu representante da Comissão Organizadora Nacional da Conae, crê que a participação dos trabalhadores contribuiu significativamente para a formulação das propostas para a etapa nacional: “Nós da CNTE elaboramos a perspectiva de realização das conferências escolares, com a intenção de que o documento-referência da Conae chegasse em cada escola e os trabalhadores da educação, estudantes e pais de estudantes pudessem debater os temas e formular suas propostas. Poucos estados conseguiram desenvolvê-las, mas a participação dos movimentos sociais foi muito interessante. Muitas entidades e movimentos participaram ativamente com suas propostas, influenciando o resultado do documento base que irá para a Conferência Nacional”, diz.

Expectativas

Segundo dados do MEC, participarão da etapa nacional da Conae em Brasília 2.833 delegados. Desses, 1.998 foram eleitos nos estados e 835 são delegados natos ou indicados por entidades, parlamento ou ministros. Arlindo Queiroz diz que a perspectiva é que cerca de quatro mil pessoas participem do evento: “Além dos cerca de três mil delegados eleitos, contaremos com a participação de mais mil pessoas entre observadores e integrantes das equipes de organização, apoio e imprensa. Esse número de participantes traz discussões riquíssimas e reflete o conjunto de participantes de todas as etapas”.

O diretor da Secretaria Executiva Adjunta do MEC revela que as principais perspectivas para o evento são a formulação das diretrizes para o novo Plano Nacional de Educação e a própria consolidação do método da conferência como instrumento democrático para a sociedade brasileira. “São dois pontos vitais: o primeiro é sairmos da Conae com grandes diretrizes para a educação na próxima década. Esperamos, com as propostas da Conferência, formular o novo projeto de lei para o Plano Nacional de Educação 2011-2020. O segundo ponto é consolidarmos a conferência como espaço do Estado democrático de direito no Brasil, institucionalizá-la para que possamos garantir esse espaço de pronunciamento da sociedade brasileira. Inclusive, uma das propostas que constarão do documento base é justamente a institucionalização da Conae”, conta.

Heleno de Araújo ressalta, ainda, a importância da mobilização dos movimentos sociais para garantir a implementação das propostas que possivelmente serão aprovadas na Conae. “Nossa expectativa é aprovar documento final na Conae muito consistente e manter a mobilização, com comitês reunidos, fóruns e debates permanentes. Essa é a parte principal, porque o documento final da Conae não terá validade para aplicar as políticas. A mobilização tem que garantir a transformação do que foi aprovado no documento final em lei, em políticas públicas, para que possamos cobrar sua aplicação. É um trabalho longo que temos pela frente, mas nós, trabalhadores da educação, estamos animados com esse processo”, finaliza. ●

ISABEL MONAL

'Toda a ideia de sociedade civil é inseparável da luta de classes'

Leila Leal

O momento político por que passa a América Latina suscita uma série de debates sobre os caminhos da transformação social no continente e sobre em que medida as experiências históricas da classe trabalhadora vêm sendo apropriadas no atual processo de lutas. Nesse cenário, a discussão sobre os rumos de Cuba diante da atual conjuntura aparece como elemento central. Em sua passagem pelo Brasil, a filósofa e militante cubana Isabel Monal conversou com a Poli sobre todas essas questões, destacando a importância da compreensão das variadas formas de expressão das lutas de classes no mundo para sua superação.

Qual a compreensão marxista da relação entre Estado e sociedade civil no capitalismo? Como a cisão entre essas esferas afeta a compreensão da realidade e a tomada de consciência de classe pelos trabalhadores?

Digamos que o ponto de partida estaria no período do jovem Marx, em particular em textos como 'A Questão Judaica'. Marx propõe como princípio fundamental - e isso deve continuar guiando-nos hoje - que a nova sociedade, já socialista/comunista, tenha como uma das suas principais tarefas a superação da cisão entre a sociedade civil e o Estado. Ele indica que na sociedade de novo tipo, socialista/comunista, as condições seriam outras e que seria possível propor a superação dessa cisão para buscar o reencontro entre a sociedade civil e o Estado, com grande participação cidadã. Apesar de o conceito de sociedade civil de Marx ser ambíguo, o que para mim está claro é que 'sociedade civil', naquela época, não estava limitada nem circunscrito a organizações sociais, o que é um dos problemas que temos hoje. Ou seja, o pensamento burguês, liberal, vendeu a ideia de identificar a sociedade civil com organizações e movimentos sociais, e esta ideia está sendo aceita em grande medida. Apesar de Marx incluir as organizações sociais e as associações dentro da sociedade civil, está muito claro, por exemplo, em 'O 18 Brumário de Luís Bonaparte', que ele se refere às associações da burguesia como parte importante da sociedade civil. Isto é o que, sem ter sido falado especificamente por Marx, fica claro a partir das experiências revolucionárias do

século XX, como a Revolução Cubana. Ou seja, a superação da cisão é porque essas 'esferas' caminham por um projeto, por uma mesma ideia, por um mesmo objetivo. Ao analisarmos a Revolução Cubana, vemos a presença contínua, desde o primeiro momento, do que hoje denominamos 'movimentos sociais'. Em 1959, 1960, não utilizávamos essa expressão. Utilizávamos a denominação 'organizações de massa', que na Revolução Cubana desempenharam um papel fundamental. Eram os sindicatos, as organizações de mulheres, os camponeses... Todas as decisões relacionadas com os camponeses, por exemplo, foram tomadas discutindo com os próprios. Nunca se chegou com uma ideia preconcebida no Estado. Esse é o Estado revolucionado, não o burguês. Foram criadas e desenvolvidas novas formas de organização de massa, como os Comitês de Defesa da Revolução, que surgiram na luta contra a tentativa de derrotá-la. E suas tarefas não se limitaram ao enfrentamento à contrarrevolução, eles tiveram tarefas na saúde, na educação, na luta contra as formas de discriminação, na participação nos governos populares e nas decisões, ou seja, na formação da consciência.

Quais as contribuições de Gramsci para esse debate? A compreensão de Estado ampliado agrega algo à concepção clássica, modifica alguma tese ou apenas desenvolve o que fora formulado por Marx?

Gramsci faz modificações nessas teses de Marx, mas modificações

relacionadas, na minha opinião, com um momento distinto da evolução social. No momento em que Gramsci escreve, esta cisão burguesa entre sociedade civil e Estado foi se modificando. O Estado foi penetrando outra vez, muitíssimo, na sociedade civil e isso é o que Gramsci constata, em grande medida. Por isso ele diz que é uma diferenciação metodológica. Para mim, uma das grandes contribuições de Gramsci neste sentido é o peso, a importância dada por ele, aos fatores subjetivos, e o apontamento da sociedade civil como o lugar da luta pela hegemonia. Esse é um conceito chave em Gramsci, que começa muito influenciado por Lênin e que, pouco a pouco, vai ter um desenvolvimento próprio. Com isto Gramsci nos diz que dentro da sociedade civil há lugares, posições de certo poder, a partir dos quais é possível exercer formas de hegemonia e nos quais há uma luta de classes e ideológica.

Ainda tratando do caráter do Estado e a partir da experiência cubana, qual o seu balanço da experiência do bloco histórico soviético? Na esquerda, em geral, há críticas que apontam a sobreposição do papel do Estado e sua burocratização.

Marx e Engels têm muito a ver com esta ideia de sociedade civil e Estado e as suas relações. Quando falam sobre burocracia, não se referem especificamente ao indivíduo que está sentado numa mesa com papéis. Burocracia, para Marx e Engels, era todo aquele que exercia profissionalmente funções na coisa pública. Obviamente esse aparato do Estado, a burocracia toda, está sempre a serviço de uma classe: a classe dominante, é claro. Mas em certas condições históricas pode acontecer que o Estado se torne relativamente autônomo em relação à classe a qual se supõe que presta serviço. Aqui é onde nós podemos encontrar uma situação que aconteceu nos países socialistas. Acredito que não deveríamos limitá-los a esse problema, mas indiscutivelmente isso desempenhou um papel. Esta forma de ver as coisas implicaria que no socialismo pode ocorrer também a independência relativa que Marx e Engels identificaram num dado momento no Estado absolutista. É importante lembrar que essa situação que aconteceu nos países socialistas do Leste Europeu e que resultou na queda do socialismo real está também ligada ao surgimento de movimentos populares. Foi criada a ideia de identificar tudo como sociedade civil e construir uma mistificação de todos esses movimentos, como se as classes sociais não existissem, como se na sociedade civil não existisse classe. Em Gramsci, toda a ideia de sociedade civil é inseparável da luta de classes. O equívoco de não perceber isso conduziu a mistificações e erros, porque é também a partir



Zé Luiz Fonseca

da sociedade civil que, por exemplo, na Venezuela e na Bolívia as classes oligárquicas e reacionárias têm conduzido esforços contrarrevolucionários. Essa mistificação traz muitos danos, porque cria um desprezo pelo Estado - e o Estado faz falta nas revoluções. Deve ser vigiado e é necessário saber que com ele correm-se muitos riscos, mas a saída não pode ser renunciar ao Estado.

Mais de 20 anos após a queda do Muro de Berlim, qual o balanço da experiência histórica socialista e qual o impacto disso para a luta atual pelo socialismo?

Bem, não gosto de identificar o que aconteceu com essa imagem - 'queda do Muro de Berlim' - porque lamento o que aconteceu na Europa, mas não lamento a queda do muro. Vou me referir à queda do socialismo real ou histórico, como era denominado. Muitos dizem que aquilo não era o verdadeiro socialismo. Bem, a queda daquela experiência foi um movimento contrarrevolucionário. Como em quase todos os processos onde triunfa uma contrarrevolução, isso aconteceu porque houve muitos erros. Indiscutivelmente, por exemplo, o caso dos países do Leste Europeu foi um caminho ao socialismo a partir da presença do exército soviético. Não foi produto de uma verdadeira revolução. Depois, partindo dessa situação, as forças revolucionárias, com seus distintos nomes, levaram de maneira mais ou menos inteligente os processos. Desgraçadamente isso foi feito não apenas com a entrada do

exército soviético, mas também com o stalinismo. E o stalinismo cometeu muitas barbaridades, além dos erros. Então muitos grupos apresentavam-se diante dos povos dos seus países como pessoas que não queriam destruir o socialismo, mas fazer oposição ao regime ou ao partido que dominava tudo mas, no final, quando triunfaram, caminharam para um capitalismo selvagem, para o pior dos capitalismos que se possa imaginar. Sequer era um capitalismo com fórmulas sociais. E hoje, com a crise internacional, a maioria desses países são os que mais estão sofrendo, porque dependem muito da ajuda externa. Os trabalhadores perderam quase todas as conquistas sociais que tinham, como saúde, educação gratuita para todos e, infelizmente, isso não está produzindo um renascimento da esquerda. O desemprego alcançou números impressionantes. E, contra o burocratismo do socialismo que conheceram, o que têm é uma forma de corrupção extrema que não se encontra em outros países capitalistas. Não podemos esquecer que em muitas daquelas fábricas, ou dos setores de produção, os próprios administradores se apropriaram e se transformaram em seus donos, o que demonstra que as direções daqueles centros de produção não eram mais socialistas. Estavam nos partidos por puro oportunismo. Tudo isso indica quão graves devem ter sido os erros, a falta de vigilância, a falta de formação de consciência. Gramsci sempre falou que o socialismo não era apenas uma mudança na forma da produção, tinha que ser uma nova civilização, um novo tipo de sociedade e de cultura.

Qual o papel que cumprem, na atual conjuntura, os movimentos antiglobais e ligados ao terceiro setor, como as ONGs?

Houve um crescimento muito importante em nível internacional, e na América Latina em particular, dos movimentos sociais. Eu acredito que Evo Morales tem razão em distinguir movimentos sociais de Organizações Não Governamentais, porque muitos Estados imperialistas repassam o dinheiro a essas organizações. Algumas delas são honestas, são positivas e fazem isso muito bem, mas outras não são. Para a mudança na América Latina rumo a uma sociedade melhor e pós-capitalista, sem dúvidas os movimentos sociais estão desempenhando um papel muito importante e cada vez o desempenharão mais. Agora, em um dado momento, acredito que de forma equivocada foi proposta a contraposição entre movimentos sociais e partidos políticos. Há uma explicação para isso. Tradicionalmente, organizações de massa como os sindicatos estavam muito unidas a algum tipo de partido político. Em muitos casos esses movimentos sociais, sindicatos, organizações de camponeses e de mulheres eram muito dependentes dos partidos, não somente no sentido, que não seria negativo, de uma identificação ideológica com uma mesma linha. Mas os movimentos obedeciam as decisões dos partidos. Bom, isso faz parte de uma evolução histórica, e eu não gosto de rejeitar esses acontecimentos apenas com críticas. Gosto de ver a evolução histórica: também muitos desses sindicatos nasceram porque foram os partidos que foram ali, se ocuparam, se mobilizaram. Hoje se propõe, e com muita razão, a articulação entre os movimentos sociais. Estamos falando de linhas revolucionárias ou progressistas entre os movimentos e organizações políticas que podem, ou não, ser partidos, e isso me parece fundamental. Articulação quer dizer que nenhuma parte irá perder a sua individualidade na outra. Também não se trata de buscar a situação contrária, em que as organizações políticas sigam os movimentos sociais com os quais se sentem mais identificados sem critério próprio, com perda da sua própria identidade. A ideia da articulação indica que não há uma fusão, mas que cada uma mantém o seu perfil, suas decisões, suas estratégias e suas linhas de trabalho, mas que um consenso é procurado. Este, para mim, é um dos grandes ensinamentos e aspectos

positivos dos processos dos últimos anos. Infelizmente em alguns desses processos que temos hoje na América Latina, como por exemplo o caso Bolívia, alguns companheiros negam que os sindicatos possam continuar tendo um papel na sociedade, por erros cometidos pelos próprios movimentos sindicais. Se um tipo de organização comete um erro e tem algum tipo de insuficiência, não quer dizer que obrigatoriamente a história os tenha deixado para trás. Eu custo a entender que nós, na América Latina, queiramos fazer a revolução sem os operários, sem os trabalhadores em geral, sem o proletariado. Isso não me parece ter sentido. Já ocorreu, e continua ocorrendo novamente, que os processos tenham dado a arrancada e os movimentos operários não tenham incorporado o ritmo necessário. Mas isso não pode levar à conclusão de que se renuncie a eles. Como vamos renunciar aos operários e aos trabalhadores? Com quem vamos fazer a revolução? Com os camponeses e com a classe média? Não se pode renunciar a nenhuma força potencialmente revolucionária ou progressista.

Como os governos de Hugo Chávez e Evo Morales contribuem para a ideia da possibilidade de 'revoluções' socialistas pelo voto?

A revolução para mim, no sentido do marxismo, é uma coisa muito ampla, porque trata das transformações estruturais na sociedade. A forma de chegar ao poder é outro problema. O que esses países estão propondo é utilizar a forma de sufrágio universal burguesa para chegar no governo e, a partir daí, ter um certo controle dos aparatos institucionais e, com os movimentos de massa unificados e todo um trabalho dentro da sociedade, conseguir realmente ter o poder e dali continuar as transformações mais radicais. É o caso da nacionalização do petróleo, que é um passo importante na tomada do poder. Também há a maior partici-

pação das massas populares nas tomadas de decisão, ou seja, a ampliação da democracia mais profunda e extensiva. A meu ver são formas também de exercer o poder revolucionário. Se não se está no poder não vejo como seria possível fazer as transformações. A revolução armada foi o caso de Cuba, mas numa situação muito específica. Todas essas experiências novas aprenderam muito com a experiência chilena, e nós não podemos esquecer o governo da Unidade Popular e Salvador Allende. Os companheiros chilenos, até o último instante, mantiveram a ilusão de que o exército nunca daria um golpe de Estado. Hoje nós sabemos que isso pode acontecer. Assistimos à tentativa de golpe de Estado na Venezuela, e Evo Morales aprendeu com isso - porque havia o ensinamento da Unidade Popular e também o do processo da Venezuela. A primeira medida tomada por Evo não foi nacionalizar, mas tirar a cúpula do exército e colocar uma nova geração, menos tentada a dar o golpe. Apesar de tudo, certas formas de conspiração se mantiveram porque muitos desses generais ou coronéis aposentados continuavam a ter influência dentro das Forças Armadas e tentaram fazer alguma coisa. Mas não tiveram êxito. O imperialismo concebeu, junto com as forças oligárquicas bolivianas, um modo distinto de fazer cair a revolução, que foi partir dos regionalismos que existem na Bolívia para tentar dividir o país e, com a cisão ou a criação de uma federação, liquidar igualmente a revolução. Os processos mais radicais estão demonstrando que os movimentos originários indígenas estão na frente do cenário primeira vez na história da América Latina. Sempre houve rebeliões e insurreições indígenas, mas agora ganharam uma grande força, se generalizaram em países inteiros, diversas etnias conseguiram unir-se. O que é formidável é que eles não se limitam mais às demandas locais próprias, mas foram capazes de apresentar-se como um projeto para a nação inteira e tornar suas as demandas de outros setores da população. É muito importante a presença e o protagonismo dos movimentos indígenas, porque, em vários países da América Latina, se os movimentos indígenas não têm protagonismo, não haverá revolução. É o caso da Bolívia, do Peru e da Guatemala. É, em certa medida, do Equador, onde o presidente Rafael Correa tem uma posição mais moderada que a de Chávez e a de Morales, mas fez declarações ultimamente afirmando que quer radicalizar o processo. Essa é outra coisa que devemos ter em mente: os processos podem começar de uma maneira, radicalizar-se, tornar-se mais revolucionários ou, inversamente, tornar-se totalmente reformistas e não irem a lugar nenhum. Há uma dinâmica que vai depender da força revolucionária, da luta de classes. Tanto Morales quanto Correa e Chávez falam sobre socialismo - e cada um fala de uma coisa diferente, isso tem que ficar entendido. Quando Correa fala de socialismo, trata de reformas e mudanças no capitalismo. Nenhum deles tomou medidas concretas no caminho do socialismo. Os mais radicais, que são Venezuela e Bolívia, colocam isso como horizonte, e tomaram algumas medidas que poderiam, com um bom manejo, ir abrindo esse caminho.

E a situação de Cuba hoje? Quais os principais desafios do momento?

Cuba está vivendo um momento difícil porque, quando estávamos começando a sair das grandes dificuldades econômicas trazidas pela queda do campo socialista europeu, tivemos os ciclones, os furacões e agora a crise que também nos golpeia. Por outro lado, o projeto socialista está sendo muito discutido por toda a população. Teremos no próximo ano o congresso do partido, e o tema central será 'que socialismo queremos'. Eu diria 'que socialismo queremos e que socialismo podemos'. Não é apenas o partido, mas toda a população participando. Estamos num momento de reflexão, de avaliação, para introduzir mudanças ou o que for necessário, mas sempre para o socialis-

mo, com a intenção de melhorar o socialismo, nunca para abandoná-lo. Pois bem, Fidel não pode mais estar à frente do país pela doença, mas ele é um grande gênio político que tivemos a sorte de ter, não apenas em Cuba, mas na América Latina. Há uma recuperação da sua saúde que lhe permite escrever e receber visitantes estrangeiros, o que é muito importante porque ele se nutre dessas conversas e transmite muitos ensinamentos. E Raul e Fidel são um mesmo espírito, uma mesma linha. Ele era o sucessor lógico de Fidel. Isso para nós era uma coisa que sempre esteve claríssima. Mas hoje é colocada a questão do 'depois de Raul e Fidel'. Têm que vir jovens, e acreditamos que existe um celeiro de gente jovem que se manifestará com condições de líder. Essa é a tarefa do socialismo. Eu acredito que para a América Latina foi uma sorte que Cuba estivesse ali, porque o fato de Cuba não cair quando os outros países socialistas caíram teve uma importância enorme. Eu diria que as experiências de hoje na América Latina são impensáveis sem a experiência da Unidade Popular de Allende e se a Cuba revolucionária não tivesse resistido e continuado demonstrando que é possível fazer frente ao imperialismo. Essa independência que tantos governos e povos da América Latina estão demonstrando está apoiada em parte pela própria existência da Revolução Cubana e, depois, porque Cuba deu e continua dando uma grande lição de solidariedade e de internacionalismo. Uma das linhas mais belas da revolução cubana é o internacionalismo e a solidariedade. O internacionalismo pela solidariedade, pela revolução e pelos processos revolucionários com os processos de mudança. A solidariedade vai muito além de grupos revolucionários de liberação, tem um caráter humano. Termino com essa lição de internacionalismo: essa experiência que é muito valiosa e que não é nossa, pertence a todo o movimento revolucionário - e precisa ser mantida. ●

“20 anos do confisco”



"Quem tinha ontem um depósito à vista, de 50 mil cruzados novos, pode ir ao banco segunda-feira e sacar, se quiser, 50 mil cruzeiros. A parte excedente a esses 50 mil fica depositada no banco, junto ao Banco Central sob a titularidade da pessoa física ou pessoa jurídica em forma de cruzados novos". Assim foi anunciado o bloqueio às cadernetas de poupança – uma das medidas do Plano Collor, divulgado em 16 de março de 1990 pela então ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello. O plano, que entrou em vigor um dia após a posse do presidente Fernando Collor, trazia ainda outras 20 medidas, entre elas o confisco de contas correntes, a conversão de cruzados novos em cruzeiros, o congelamento de salários e preços, a privatização de empresas estatais e a abertura da economia.

O bloqueio da poupança parecia um pesadelo: os 50 mil a que cada cidadão ou empresa tinha direito de sacar equivaleriam hoje a cerca de R\$ 15.500, e tudo o que passasse disso ficaria retido por 18 meses. Mas Zélia via de outra forma. Em entrevista à TV Manchete, pouco após o anúncio, ela disse acreditar que, na verdade, o pesadelo estava chegando ao fim: “Tenho convicção absoluta de que o pesadelo que a gente

estava vivendo acabou no dia 15 de março, com a posse do novo presidente. Nós vamos começar a viver agora um sonho que vai se transformar em realidade rapidamente”, declarou.

PRA LEMBRAR

1º/março

As primeiras eleições diretas para presidente no Brasil foram realizadas em 1894. Venceu o paulista Prudente de Morais.

8/março

Foi regulamentado em 1904 o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela. As autoridades sanitárias podiam demolir prédios considerados insalubres e equipes de mata-mosquitos podiam entrar à força nas casas para inspeção.

21/abril

Em seu último ano como presidente, Juscelino Kubitschek inaugurou Brasília, que em 2010 comemora 50 anos.

Ensino na Corte

Em fevereiro de 1854, o decreto nº 1.331A aprovava o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no município da Corte. O documento proibia que escravos estudassem nas escolas – além deles, só estavam impedidos de frequentar as instituições aqueles que padecessem de “moléstias contagiosas” e os que não tivessem sido vacinados.

Para os alunos indisciplinados, o decreto descreve as penas: desde “repreensão” até “outros castigos que excitam o vexame”. Não deu certo? “Comunicação aos pais para castigos maiores”. Em último caso, expulsão da escola – mas só para os “incuráveis”, que poderiam “prejudicar os outros por seu exemplo ou influência”.

Jornada de 40 horas

PEC que diminui duração do trabalho semanal e aumenta valor da hora extra será votada este ano

Raquel Torres



Atilindo Cruz / ABR

Centrais sindicais fazem manifestação em frente ao Congresso Nacional reivindicando jornada de 40 horas semanais

As reduções na jornada legal de trabalho nunca foram processos rápidos. Com as reivindicações para diminuir as 44 horas semanais atualmente previstas pela Constituição Federal não está sendo diferente: já faz 15 anos que tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 231/1995, dos ex-deputados e atuais senadores Inácio Arruda e Paulo Paim (PcdoB/CE e PT/RS), que estabelece uma jornada máxima de 40 horas por semana e aumenta o valor da hora extra de 50% para 75% do valor da hora normal. Hoje, após três arquivamentos e reaberturas e depois de ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e por uma Comissão Especial, finalmente a proposta está pronta para ser votada em dois turnos no plenário da Câmara, o que ainda não tem data definida. Embora seja um grande avanço, isso não quer dizer que o processo terá chegado ao fim – a PEC ainda será examinada e votada pelo Senado. A expectativa das centrais sindicais é que o projeto consiga ser aprovado pelo Congresso ainda em 2010 e, de acordo com Rosane da Silva, secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), existe a possibilidade de convocação de uma greve geral este ano para mobilizar o Congresso e pressioná-lo pela aprovação.

Alerta

Um dos maiores argumentos apontados pelos trabalhadores para a necessidade da redução é que ela levaria a um aumento no número de empregos. A lógica é simples: se os empregados de uma empresa passam a trabalhar menos horas por dia, são necessárias novas contratações para que se consiga manter a produção. Assim, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a aprovação da PEC poderia levar à criação de cerca de 2,5 milhões de novos postos de trabalho.

Mas as coisas nem sempre se passam conforme o esperado. Quando, em 1988, a Constituição Federal reduziu a jornada máxima de 48 para 44 horas semanais, havia também a perspectiva de um grande aumento do número de empregos. No entanto, a realidade foi diferente: o professor de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) Sadi dal Rosso, que na época fez um estudo examinando as curvas de emprego nos meses subsequentes à promulgação do texto, diz que houve uma melhora, mas menor do que a prevista. “Falava-se num possível aumento de até 8%, mas o que verifiquei foi algo entre 0,7 e 1%”, diz. Embora seja favorável à aprovação da PEC, o professor diz que é preciso estar alerta para o fato de que as empresas acabam encontrando outros meios de manter a produção, sem precisar de tan-

Outras propostas

Além de projetos de lei para categorias específicas, outras duas PECs tramitaram junto com a 231: a PEC 271/1995, que propunha uma jornada de 30 horas semanais, e a 393/2001, que estabelecia uma redução inicial para 40 horas e, posteriormente, 35 horas semanais. Ambas foram rejeitadas no parecer do relator Vicentinho. De acordo com dal Rosso, não há jornada máxima ideal: “O que prevalece é uma jornada social, definida de acordo com a correlação de forças de trabalhadores, empregadores e governos”, diz. Segundo Vicentinho, a defesa da PEC 231 foi adotada justamente levando em conta a real possibilidade de aprovação neste momento. “Se eu emitisse parecer pela aprovação das 30 ou 35 horas, seria muito difícil conseguir aprovar a redução em plenário ou mesmo na Comissão”, explica o deputado.

tas novas contratações. Uma dessas formas é a racionalização do trabalho – dal Rosso conta que, na década de 1990, fez uma pesquisa com empresas do ABC paulista para entender como elas haviam lidado com a redução da jornada. “Houve reorganização dos espaços de trabalho, investimentos em tecnologias e redistribuição de tarefas, de modo que os empregados tinham uma carga maior de afazeres por hora. É a intensificação do trabalho – a mesma quantidade de tarefas realizada em uma jornada menor. As novas contratações só eram feitas quando não era mais possível reorganizar os processos”, diz o professor.

Outra solução amplamente utilizada foi o uso extensivo das horas extras: “Em 1988, cerca de 24% da população brasileira trabalhavam além da jornada normal. No mês seguinte à aprovação da Constituição, esse número passou para aproximadamente 44%. E isso não foi efeito de uma fase de transição, pois os índices permaneceram assim. Hoje, continuamos oscilando na casa dos 40%. O emprego a ser criado acabou se convertendo em horas extras”, diz dal Rosso.

Para garantir as melhorias

A frustração em relação a 1988 fez com que desde essa época o movimento sindical continuasse a luta por novas mudanças, de acordo com Rosane da Silva. “Isso se intensificou a partir dos anos 2000. Houve grande debate por conta do nível de desemprego, que cresceu muito na década de 1990, e então começamos a discutir novas medidas. A partir do debate coletivo, percebemos que a redução da jornada era uma medida necessária e possível”, comenta. Para ela, o encarecimento da hora extra é um mecanismo que deverá ajudar a garantir a criação de novos postos de trabalho e evitar que a história da última redução se repita. “Infelizmente, o setor só conversa quando há influência no fator econômico. O aumento do custo da hora extra gera mais despesas para os empregadores, que precisarão pensar duas vezes antes de expan-

Redução na enfermagem

Também está em tramitação no Congresso um projeto de lei que reduz a duração do trabalho de enfermeiros, técnicos, auxiliares e atendentes de enfermagem e parteiras. Atualmente aguardando para ser votado pelo plenário da Câmara, o PL 2.295/2000 (originado e já aprovado pelo Senado, com o número 161/99) estipula que, nessas áreas, a jornada normal não pode exceder seis horas por dia e 30 por semana. De acordo com Antônio Marcos Freire, do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), essa é uma demanda que surgiu ainda em 1955, quando foi publicada a primeira lei regulamentando o exercício da enfermagem no Brasil – a lei não estipulava a duração do trabalho. De acordo com ele, a enfermagem é uma área peculiar, que precisa de uma jornada menor. “A jornada é intensa e extensa. A demanda é enorme, o estresse profissional é uma constante e há problemas de ordem laboral, como acidentes e doenças de trabalho em virtude das condições praticadas. Há muitos profissionais com problemas como depressão, varizes e estresse profissional”, alega.

Ele afirma que as seis horas já são adotadas em grande medida no setor público, mas no privado isso ainda não é uma realidade. “A ideia é que os profissionais tenham uma jornada mais tranquila, o que fará com que eles atendam melhor e tenham melhor qualidade de vida. Além disso, há uma previsão de que, com a medida, sejam contratados 300 mil novos trabalhadores”, diz o conselheiro.

direm a carga horária dos trabalhadores – talvez valha mais a pena contratar novos do que arcar com esses custos”, prevê. Rosane ainda lembra que muitas vezes os empregados trabalham além da jornada por conta de pressão das empresas. “Ninguém faz hora extra porque gosta, mas só por necessidade”, diz. Por isso, ela acredita que é preciso haver um controle maior das horas trabalhadas: “É necessário um controle mínimo, uma regulação pública disso. Uma possibilidade seria haver comissões internas, dentro das próprias empresas, para que elas de fato cumpram a lei e os acordos”, sugere.

O relator da proposta na Comissão Especial da Câmara, deputado Vicentinho (PT/SP), concorda com os benefícios do encarecimento da hora extra. E o emprego, de acordo com ele, não é o único ponto positivo da proposta. “Ela traz dignidade ao trabalhador, pois afeta o bem-estar, proporciona mais tempo com a família e mais descanso e incide diretamente sobre a saúde, especialmente se houver de fato

uma diminuição das horas extras: é comprovado que a maior parte dos acidentes de trabalho ocorre nos períodos de serviço extraordinário”, observa.

O custo para as empresas

O argumento de que a redução legal da jornada poderia ser danosa por elevar demasiadamente os custos das empresas apareceu durante as discussões na Câmara. Para Vicentinho, há avanços no debate, porque parte do empresariado já é favorável à medida. “Pela primeira vez, conseguimos unir todos os trabalhadores e dividir os empresários. Muitos inclusive já praticam as 40 horas. A posição negativa em relação à proposta, de parte do empresariado brasileiro, já não é unânime”, afirma. Segundo o Dieese, o impacto nas despesas dos empregadores não seria tão grande: apenas 1,99%.

Para Sadi dal Rosso, a diminuição da jornada pode até mesmo beneficiar as empresas, em vez de prejudicá-las. “Em primeiro

lugar, quem tem mais tempo de descanso trabalha melhor e aumenta a produtividade. Em segundo, com quatro horas livres a mais por semana, muitos trabalhadores certamente procurariam cursos de formação e aperfeiçoamento, o que, em última instância, beneficia também as empresas”, opina. Para ele, esse deve ser um argumento de convencimento da parcela do empresariado que ainda está reticente quanto à aprovação da proposta.

Tendência mundial

A evolução da jornada de trabalho no mundo passou por três movimentos nítidos: alongamento intenso, alcance de um ponto máximo e, finalmente, uma tendência de declínio – momento em que nos encontramos há cerca de 100 anos. A avaliação é de Sadi Dal Rosso, para quem o aumento da jornada foi característico de uma nova mentalidade estabelecida com o início da industrialização. “Durante o fim do século XIX e início do século XX, os industriais assumiram o papel não só de fornecedores de empregos, mas também de criadores e disseminadores de uma nova mentalidade – a disciplina pesada e o horário fixo de trabalho vêm daí. A população assalariada trabalhava irregularmente e a industrialização trouxe os empregos fixos, com atividades que começam e terminam em horários estabelecidos. Essa jornada pautada pelo empregador foi se alargando até atingir uma duração máxima, a partir da qual não era mais possível forçar”, explica o professor. A partir de então, teve início um clamor popular pelo controle dessa evolução, o que acabou resultando em medidas legais para estabelecer as jornadas (ver box ao lado).

Hoje, a média de horas trabalhadas em diversos países vem caindo. Segundo o Dieese, em 2002 a jornada média semanal na Alemanha era de 41,5 horas; na Espanha, de 35,7 horas; e no Reino Unido, de 39,6 horas, por exemplo. No entanto, nem sempre esse número corresponde à jornada

máxima estipulada por lei nesses lugares: na Alemanha e no Reino Unido, a jornada legal ainda é de 48 horas por semana e, na Espanha, ela é de 40 horas. Mesmo no Brasil, as horas trabalhadas já são diferentes do máximo legal: em 2007, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os brasileiros trabalharam em média cerca de 41 horas por semana.

De acordo com Rosane da Silva, somente na França houve uma redução recente da jornada semanal legal de trabalho, para 35 horas. “Em outros países, isso se resolve por negociações coletivas”, afirma. Então por que é preciso que o Brasil estabeleça a diminuição em emenda constitucional? Segundo a secretária, porque nem todas as categorias têm conseguido avanços por meio de negociações. “No Brasil, as categorias mais organizadas alcançam melhorias, mas as menos organizadas não conseguem. Hoje, temos muitas categorias desestruturadas, o que dificulta a organização e a mobilização. Químicos e metalúrgicos, por exemplo, são grupos fortes, que conseguiram, por convenção coletiva, a redução de sua jornada semanal. Mas a maior parte dos trabalhadores não está nessas condições”, justifica.●

Trajatória

Em 1º de maio de 1886, teve início uma greve nacional nos Estados Unidos, com milhares de trabalhadores nas ruas reivindicando a diminuição da jornada de trabalho de 13 para 8 horas diárias. Nos primeiros dias das manifestações, a cidade de Chicago presenciou uma das mais duras repressões policiais, com a prisão e condenação de líderes à morte. A greve não conseguiu emplacar as 8 horas, mas serviu como exemplo e o 1º de maio foi escolhido, três anos mais tarde, como o dia do trabalho.

O episódio talvez seja o mais famoso da luta pela redução da jornada, mas não foi o primeiro nem o único. Em 1866, quando a primeira conferência da Associação Internacional dos Trabalhadores propôs as 8 horas diárias como limite máximo da jornada, houve greves em todo o território dos EUA por essa reivindicação. A Inglaterra foi o primeiro país a estipular legalmente a duração do trabalho: em 1847, a jornada foi estabelecida em dez horas diárias.

No Brasil, o fim do século XIX e início do XX foram marcados por uma série de greves que, entre outras reivindicações, pediam a jornada de 8 horas. A primeira decisão legal só veio em 1933, com um decreto de Getúlio Vargas que fixava as 8 horas para trabalhadores urbanos – embora não citasse os rurais. Na história de nossas Constituições Federais, a medida só apareceu um ano mais tarde, na Carta de 1934, que estabelecia 8 horas diárias e 48 semanais. Com a Constituição de 1988, houve nova redução para 44 horas.



“Pelos martyres de Chicago!”: edição especial do Jornal ‘Voz do Povo’, de 10 de maio de 1921, homenageia os manifestantes presos e mortos

Laboratório de Estudos dos Domínios da Imagem / UFRJ

O SUS nas aldeias

Agentes indígenas são fundamentais para promoção e atenção em locais onde nem sempre outros profissionais de saúde conseguem estar integralmente

Raquel Torres

Pense num trabalhador que atua na prevenção de doenças e na promoção da saúde, inserido em uma equipe multidisciplinar composta por médico, enfermeiro, odontólogo e auxiliar de enfermagem, entre outros. Ele cadastra as famílias que moram em sua área de abrangência, detecta problemas de saúde, acompanha tratamentos de longa duração e ainda o desenvolvimento de crianças, idosos, gestantes e pacientes crônicos, operando diretamente na comunidade em que vive. Pensou no agente comunitário de saúde (ACS)?

Agora, imagine que essa comunidade é uma aldeia, que seus habitantes muitas vezes não falam português e têm visões de mundo, de saúde e de doença distintas daquelas de, por exemplo, médicos e enfermeiros. Pense ainda que as dificuldades de acesso e a distância entre uma aldeia e outra podem significar dias de viagem e que por isso não é possível ter uma equipe de saúde presente, em tempo integral, em cada uma delas.

Nesses casos, é preciso haver um profissional com funções análogas às do ACS e que, como ele, more no seu local de atuação, mas que tenha algumas especificidades: ele deve também traduzir idiomas para que as equipes e as comunidades se entendam, ser uma ponte entre suas diferentes concepções de saúde e de mundo e ter responsabilidades como o único profissional de saúde do local quando o resto da equipe não puder estar por perto.

Esse é o agente indígena de saúde (AIS) e seu trabalho é essencial para o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, um modelo criado em 1999 para funcionar de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e articulado a ele.

Área de atuação

A descentralização do subsistema foi alcançada pela sua organização em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis) – a divisão das áreas não leva em conta necessariamente a divisão oficial do território brasileiro em estados e

municípios, mas sim a distribuição tradicional dos povos, bem como sua cultura e a relação entre eles. Um Dsei contém várias aldeias, e é nele que se estrutura o atendimento à saúde, no âmbito da atenção básica, para aquela região delimitada. Além disso, todo Dsei tem um pólo-base, que pode estar localizado tanto em uma aldeia como em um município próximo. Os AIS atuam em cada uma das aldeias, tendo o pólo como primeira referência. É nele que está presente a equipe multidisciplinar de saúde, que cumpre uma agenda de visitação às aldeias do distrito.

Apesar de essa estrutura só ter se consolidado no fim dos anos 1990, a atividade dos agentes indígenas não é tão recente. Segundo Luiza Garnelo, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Leônidas e Maria Deane (ILMD/Fiocruz Amazônia), os AIS existem pelo menos desde a década de 1970 e, de acordo com o Sistema de Cadastramento de AIS (CAIS), em 1999, ano da criação do Subsistema, já havia cerca de 2 mil agentes em todo o Brasil.

Mas o trabalho ainda não constitui uma profissão reconhecida e regulamentada, mesmo que já faça parte da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). De acordo com Raimunda Nonata, do Departamento de Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde (Dsei/Funasa), existe hoje um esforço para fazer com que os AIS sejam ao menos incluídos na Emenda Constitucional 51, que dispõe sobre a contratação de agentes de combate a endemias (ACE) e ACS – a emenda aponta que a contratação deve se dar por meio de processo seletivo público, o que se estenderia aos AIS. De acordo com Raimunda, normalmente os AIS são contratados por vínculo direto pelos municípios com recursos da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS) ou por convênios. A seleção, por sua vez, é em geral baseada em uma avaliação e na indicação da própria comunidade. “Em alguns casos, há também uma comissão formada por lideranças indígenas e representantes do distrito e do município que avalia os indica-

dos, mas essa não é a regra: em geral, prevalece a indicação. Isso dá margem a certos riscos, como o de haver escolhas por conta de parentescos com as lideranças tradicionais. O processo precisa ser aperfeiçoado”, ressalta.

Formação e elevação da escolaridade

Com a criação do Subsistema, veio a preocupação em oferecer formação adequada – de acordo com Raimunda, ela era até então “muito desestruturada”. Ainda em 1999, a Funasa começou a elaboração de um Programa de Formação Inicial dos AIS. Hoje, existe um curso composto por seis módulos organizado pela Fundação em parceria com as Escolas Técnicas do SUS ou outras instituições formadoras. “A formação se dá em serviço e, ao todo, são 1.080 horas, divididas em momentos de concentração e de dispersão, e os instrutores são os próprios profissionais das equipes multidisciplinares”, descreve Raimunda. Ela explica ainda que o primeiro módulo é introdutório, dando conta da organização do subsistema, enquanto os demais são dirigidos a determinados problemas específicos, como doenças sexualmente transmissíveis, doenças da pele e saúde da mulher. Dos 3.900 AIS que atuam no país, cerca de 500 já concluíram todos os módulos.

A integração entre a qualificação profissional e a educação básica ainda não é comum, mas já existem experiências nesse sentido: “Em alguns casos, a qualificação se dá junto com o ensino fundamental, o que já é uma realidade em Cuiabá, por exemplo. Para isso, as secretarias municipais de educação também são envolvidas”, diz Raimunda.

Desde janeiro do ano passado, uma nova proposta de formação integrada está sendo posta em prática, nas comunidades da região do Alto Rio Negro (Amazonas): trata-se de um curso que pretende unir a qualificação dos agentes não mais ao ensino fundamental, mas ao nível médio. A ideia é formar técnicos em Agente Comunitário de Saúde Indígena (ACIS), e o curso é voltado aos 250 AIS que atualmente trabalham na região. O projeto foi concebido por equipes da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e do ILMD, com apoio da Secretaria de Saúde do município de São Gabriel da Cachoeira, além da prefeitura e da secretaria municipal de educação. Para dar conta do ensino médio, há parceria também com o Departamento de Educação Indígena da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas, responsável por fornecer e financiar essa formação.

Para Paulo Peiter, pesquisador da EPSJV e professor do curso, o projeto é importante porque os módulos executados até hoje são fragmentados. De acordo com ele, uma das grandes novidades do projeto pedagógico é que os agentes terão noções mais profundas de vigilância em saúde. “A formação hoje está muito voltada para a compreensão mais restrita da saúde, medicalizada e curativa. Essa proposta tenta dar mais destaque à vigilância e à promoção”, comenta. O processo é dividido em três etapas formativas: ‘Conhecer o território para intervir’, ‘Analisando a situação de saúde e as condições de vida da população do território e identificando situações de risco e vulnerabilidade’ e ‘Intervindo sobre problemas e necessidades de saúde’. Serão formadas cinco turmas, em cinco polos e, até agora, a primeira etapa já teve início em três deles.

Medicina tradicional

Se uma das especificidades do agente indígena de saúde é ser um articulador entre diferentes concepções de saúde, a formação precisa, de alguma forma, incluir essas questões. Os módulos do curso tradicional de AIS, de acordo com Raimunda, têm uma estrutura fixa, mas conseguem dar conta disso na medida em que são adaptados por cada equipe à realidade das comunidades com que trabalha.

Mas, segundo Paulo Peiter, isso ainda é problemático no trabalho das equipes. “Em geral, os demais profissionais vêm de outro contexto, com outra cultura. A tendência é que haja uma certa imposição da visão hegemônica da medicina, e os saberes tradicionais ficam muito pouco incorporados. Além disso, a forma como são feitas as contratações, em geral por convênios, implica uma grande rotatividade dos profissionais, o que também dificulta a aproximação”, argumenta. Raimunda Nonata concorda: “Essa relação nem sempre é tranquila e, nesse sentido, a atuação do agente indígena como elo entre as culturas é fundamental”.

Na primeira fase de planejamento do curso técnico piloto de ACIS, ainda em 2007, foi feito um seminário que contou com a participação de agentes indígenas e de outros profissionais das equipes multidisciplinares para discutir a proposta. Na ocasião, os trabalhadores listaram o que acreditavam que deveria estar presente na formação de agentes e, entre as reivindicações, estava a presença de conhecimentos gerais e específicos da área da saúde, tanto indígenas como não indígenas. Luiza Garnelo explica que existe um grande esforço para que os conteúdos programáticos contemplem não só conhecimentos técnicos da área da saúde coletiva mas também os tradicionais indígenas. “Isso é mais simples na perspectiva da vigilância, articulando as condições de vida tradicionais à saúde. Temos ainda um conjunto de ‘informantes indígenas’, sábios tradicionais que nos fornecem informações que são sistematizadas na forma de conteúdos e materiais didáticos”, diz a coordenadora.

De acordo com ela, grupos de outros distritos também já vêm manifestando interesse no curso, mas, por enquanto, não há meios de expandi-lo. “Nossa capacidade de resposta tem limites. Por enquanto, precisamos nos concentrar na formação desses 250 agentes, para depois pensarmos em outras regiões, dependendo de como vamos nos sair”, comenta. ●

As transformações do capitalismo contemporâneo revistadas



Desde os anos 1970 intelectuais das mais variadas vertentes teóricas debruçam-se sobre as transformações do capitalismo contemporâneo. Centradas na questão do papel da tecnologia neste processo, suas relações com o conjunto da massa trabalhadora e as condições de trabalho, muitas destas análises tomaram para si uma visão idílica do processo de desenvolvimento da sociedade do capital. Apontaram, como prognóstico futuro, a emergência de uma sociedade pós-industrial e a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, assim como o próprio ‘fim do trabalho’, tal como o mundo conhecia à época, numa suposta substituição pelo chamado ‘trabalho imaterial’.

Em ‘Infoproletários: degradação real do trabalho virtual’, organizado pelos sociólogos Ricardo Antunes e Ruy Braga, as transformações do capitalismo contemporâneo são analisadas com sólida base teórica e profundas pesquisas empíricas. Preocupados com a repercussão de tais teses, ecoadas por autores como Manuel Castells, Antonio Negri e outros, os autores percorrem o mundo do trabalho em sua faceta mais atingida pelo processo de transformação capitalista: o mundo do ‘cybertrabalho’. De programadores de softwares a Centrais de Teleatendimento, os impactos do processo de automação e informatização das cadeias produtivas são minuciosamente relatados e analisados.

‘Infoproletários’ refuta a ideia do fim do processo de degradação do trabalho, tese apoiada justamente no mundo do chamado trabalho ‘virtual’, aquele onde a presença de softwares e hardwares de computadores se mostra mais evidente.

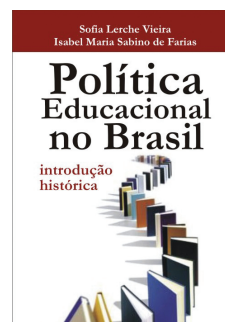
Suas principais qualidades, entretanto, não se esgotam no vívido retrato construído pelos sucessivos artigos do livro. A partir de refinada análise teórica, a relação entre os setores da economia, em especial os chamados setores ‘produtivo’ e de ‘serviços’, é repensada. A ideia de trabalho ‘imaterial’ como trabalho ‘improdutivo’, típica do setor de serviços, é melhor nuançada e questionada, dado o profundo entrelaçamento dos setores na economia ‘globalizada’, especialmente a partir dos processos de ‘terceirizações’ ocorridos principalmente a partir da década de 1990. O papel da tecnologia e da maquinaria, outro importante ponto de referência para a análise deste processo, é reavaliado e reposicionado, seguindo a própria tradição marxiana, como fruto de um progresso técnico-científico que não é neutro e nem natural, correspondendo às necessidades rigorosas do controle do capital sobre o trabalho. Esse entendimento do papel da tecnologia, ilumina, para além da simples aparência, o sentido do processo real que vivemos no mundo atual.

Assim, ‘Infoproletários’ afirma sua outra qualidade imprescindível. Resgatando o débito com a tradição e o método marxista, realiza uma verdadeira crítica da Economia Política do Trabalho. As teses enaltecidas das transformações contemporâneas no mundo do trabalho e a visão otimista e progressista do papel da tecnologia como se expressa no mundo atual são apresentadas e refutadas a partir de um contraste analítico da descrição e da análise do processo. As formas aparentes das transformações e seus objetivos declarados são desvelados e têm sua verdadeira faceta exibida.

Entretanto, não é apenas de preocupações acadêmicas que se ocupa a obra. Sua principal contribuição, para além disso, consiste precisamente em pensar a classe trabalhadora atual e suas transformações a partir das transformações ocorridas no mundo e em seus processos de trabalho, a fim de criar bases para se pensar uma nova forma de organizar os trabalhadores em suas lutas. Ou melhor, nossas lutas. ●

Ricardo Gilberto Lyrio Teixeira

Mestrando em História pela UFF, bolsista da CAPES.



*Política educacional no Brasil –
introdução histórica*
Sofia Lerche Vieira e
Isabel Maria Sabino de Farias
Liber Livro, 2007, 188p



Participação e Saúde no Brasil
Soraya Vargas Côrtes (org.)
Editora Fiocruz, 2009, 208p.



*O ensino médio integrado no contexto
da mundialização do capital – a luta
pela formação unitária e politécnica no
Brasil*
Bruno Miranda Neves
Editora Multifoco, 2009, 224 p.

PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS

“**T**udo começou quando a indústria percebeu que o trabalhador seria mais produtivo se tivesse autonomia para organizar seu próprio processo de trabalho. Do ‘apertador de parafusos’ controlado de perto por um supervisor, ele passou a ser o membro de uma equipe, que trabalha em grupo e é reconhecido (leia-se remunerado) não pelo seu posto ou pelos seus títulos, mas pela sua capacidade de resolver problemas. Em outras palavras, pelas suas competências. “O capital descobriu que o trabalhador é competente”, resume Marise Ramos, coordenadora do programa de pós-graduação em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e autora do livro ‘Pedagogia da competências: autonomia ou adaptação?’”.

No ambiente da produção, essa idéia de competências orientou uma mudança no **modelo de gestão do trabalho**. Só que elas foram além da fábrica: invadiram a escola e se tornaram pedagogia.

O processo original é mais ou menos assim: identifica-se um trabalhador ‘exemplar’, observa-se e faz-se uma lista das competências que lhe permitem enfrentar, com sucesso, as situações de trabalho. A partir daí, listam-se essas competências como aquilo que o trabalhador deve ter para desempenhar determinada função. E é aí que entra a escola, com o papel de ensinar os conteúdos que o meio produtivo elegeu como importantes. Esse pragmatismo, que de acordo com a descrição de Marise naturaliza a realidade da produção e reduz o papel da educação a uma adequação ao mercado, resulta na pedagogia das competências. “As competências são, hoje, o desdobramento de uma matriz liberal que defende que a educação deve ser adequada às necessidades da economia, voltada para a produtividade e a racionalidade econômica: uma educação para adaptar, dar ao trabalhador uma ‘sociabilidade fabril’”, resume Neise Deluiz, também professora-pesquisadora da EPSJV e estudiosa do tema.

Na legislação

E o que aconteceu foi que as competências viraram ‘lei’. Começando a influenciar as ideias educacionais do país na década de 1990, a pedagogia das competências foi formalmente introduzida na educação brasileira pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, instituídas pela Resolução CEB nº 4, de 8 de dezembro de 1999, e, no ano seguinte, pelos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. O Parecer 16/1999, que subsidia as Diretrizes Curriculares, define competências como “capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”.

Todo esse movimento, no entanto, faz parte do que Marise aponta como um conjunto de reformas pelas quais esse segmento da educação passou desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996 e, mais especificamente, desde o Decreto 2.208, de 1997, que impôs a separação entre ensino médio (formação geral) e ensino técnico (formação para o trabalho).

Essa mudança se refere à passagem de um modelo conhecido como taylorista-fordista para uma gestão mais flexível, chamado de toyotismo. O Taylorismo caracteriza-se principalmente pela intensificação da divisão do trabalho – daí o ‘apertador de parafusos’. O Fordismo aperfeiçoou esse modelo, organizando uma linha de montagem que ajudasse a controlar o trabalhador de mais de perto, aumentando sua produtividade. Já o toyotismo é definido pela flexibilização da produção – que deixa de ser em larga escala – e da gestão do trabalho; o trabalhador deixa de ser especializado e passa a organizar o seu próprio processo de trabalho, desde que responda às demandas da produção.

Na educação básica, onde as competências não têm tanta força quanto na educação profissional, o Brasil criou, na avaliação de Marise, um híbrido. Isso porque as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, embora prevejam a aquisição de competências e habilidades, organizam esse conteúdo por áreas de conhecimento: ciências humanas, ciências da natureza etc. “Elas não são totalmente instrumentais porque trabalham mais com um tipo de competência ‘cognitiva’, associada a um campo científico, do que com competências comportamentais. O resultado não deixa de ser interessante”, analisa.

Currículo: ensinar competências?

Referindo-se àquele trabalhador exemplar lá do começo do texto, Marise pondera: “O que não se percebe é que esse sujeito é competente exatamente porque tem autonomia

diante da situação e usa suas especificidades, sua subjetividade. Quando você tenta transferir isso para outro, não funciona porque a competência depende da singularidade daquele que a usa”. No que diz respeito à educação, isso quer dizer, segundo ela, que competências são individuais, não são objetiváveis e, portanto, não é papel da escola elencar as competências que um aluno deve demonstrar no final do curso, como prega essa ‘nova’ pedagogia.

No currículo, a principal mudança trazida pela pedagogia das competências está na forma como se selecionam os conteúdos. “A tradição disciplinar do currículo tem a ciência como campo de referência, ou seja, a escola busca reconstruir os saberes científicos (da matemática, da história etc) como saberes escolares, organizados em disciplinas. No currículo por competências, as referências passam a ser os comportamentos esperados das pessoas no enfrentamento de um conjunto de situações da vida e do trabalho”, explica. E ilustra: “Na pedagogia das competências, o currículo é montado a partir da resposta às seguintes perguntas: ‘que situações os sujeitos vão enfrentar no trabalho? Que comportamentos precisam ter diante dessas situações? Que conceitos precisam aprender para ter esse comportamento?’. O resultado são conteúdos instrumentais”.

Mas é exatamente nessa fórmula que está a grande promessa da pedagogia das competências – e a razão pela qual ela foi tão acolhida, tornando-se inclusive obrigatória em diversos países, como o Brasil. Por fazerem um forte apelo à vinculação da formação ao mundo da vida e valorizarem a experiência dos alunos, as competências se anunciam como uma alternativa ao currículo dito ‘tradicional’, criticado por ser conteudista e não estabelecer relação entre os conhecimentos escolares e a realidade. Marise concorda com a crítica, mas garante que a pedagogia das competências é uma falsa solução. “Porque ela tenta resolver

esse problema pela lógica do pragmatismo, segundo a qual só serve para ser ensinado o que é útil. E o pior é que, nesse caso, a ‘utilidade’ está dada pela demanda da produção e não da escola”, explica. Neise concorda e complementa: “Isso fez com que o aluno ficasse também muito imediatista: ele vai à escola para se preparar para o mercado de trabalho e acha que não precisa ganhar ‘moedas’ (conteúdos) que não tenham valor de troca nesse mercado”.

Para Marise, a raiz do problema está no fato de que a “instrumentalização” dos conteúdos feita pela pedagogia das competências é incompatível com a defesa de que o acesso ao conhecimento construído socialmente pela ciência deve ser universal. “Como a elite e as classes populares ‘enfrentam’ situações diferentes, pela lógica das competências, determinados conhecimentos serão fundamentais para a elite e considerados desnecessários para os trabalhadores. Indo ao extremo dessa análise, podemos dizer que o povo não precisaria, por exemplo, aprender conceitos ligados à semiótica, que, por outro lado, são importantes para permitir à elite apreciar uma obra de arte”, comenta. Ela lembra que essa é a mesma questão presente na luta pela não separação entre educação profissional e formação geral. “A lógica é igual: por que ensinar ciências básicas a um técnico de enfermagem, se já existe uma lista das situações que ele vai enfrentar e outra das competências e conteúdos que ele precisa para isso?”, exemplifica, apontando o caráter tecnicista desse raciocínio. “A pedagogia das competências se concentra nas situações que o sujeito vai enfrentar. Numa lógica mais histórico-crítica, nós olhamos para os problemas que a sociedade viveu, vive ou poderá viver. A perspectiva de enfrentamento de problemas também está presente, só que não são as questões individuais e cotidianas, e sim os problemas sociais. Porque esse é o papel da educação”, completa.

Novidade?

Neise destaca que a pedagogia das competências traz algumas propostas bem interessantes como, por exemplo, o foco na interdisciplinaridade, o trabalho em grupo e com projetos. A questão é que, segundo ela, nada disso é novidade. “Tudo isso também sempre foi importante para nós, que lidamos com uma perspectiva crítica e integrada de educação”, diz. Retirar o foco que uma educação ‘tradicional’ coloca apenas sobre o professor também é um ganho na pedagogia das competências, de acordo com Neise. Mas o problema, diz, é que a proposta cai no outro extremo, defendendo que a ênfase não é no professor, que ensina, mas sim no aluno, que aprende. “O aluno aprende, mas o professor facilita essa aprendizagem. O foco precisa estar na relação entre os dois”, aponta.

Na verdade, segundo Marise, pouca coisa é completamente nova na pedagogia das competências. Como especificidade, ela tem essa associação de mudanças na educação e no modelo de produção, já que surge na fábrica. Mas, pensando na escola, ela tem antecedentes na chamada ‘pedagogia dos objetivos’, que data da década de 1960. Segundo a pesquisadora, tratava-se de uma descrição “interminável” de objetivos a serem atingidos. “A diferença é que eram objetivos colocados para o processo de ensino. Quando isso é traduzido, tantos anos mais tarde, em competências, quem passa a ter que atingir o objetivo é o sujeito”, compara. Criticada pelo tecnicismo e pela dificuldade de efetivação das suas propostas, essa pedagogia perdeu importância e ficou para trás. Mas, independentemente desse caráter prescritivo, Marise acha importante lembrar que sempre foi objetivo da escola desenvolver competências. “Só que elas não eram a referência nem o ponto de partida e sim resultado – subjetivo – do processo de aprendizagem. A apropriação dos conceitos científicos pelos alunos desenvolverá competências, obviamente. O problema é fazer delas uma trilha, por vezes linear, a ser seguida pelo aluno e pela escola”, conclui. ●